

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR:
PARTICULARIDADES NO ACESSO E PERMANÊNCIA
DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UFOP**

WANDERSSON SOUSA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**Mariana-MG
2026**

WANDERSSON SOUSA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR:
PARTICULARIDADES NO ACESSO E PERMANÊNCIA
DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UFOP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Dr.^a Raquel Mota Mascarenhas.

**Mariana-MG
2026**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48a Oliveira, Wandersson Sousa Rodrigues De.
Ações afirmativas no ensino superior [manuscrito]: particularidades no acesso e permanência de estudantes quilombolas na UFOP. / Wandersson Sousa Rodrigues De Oliveira. - 2026.
59 f.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Mota Mascarenhas Pataxó.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Universidade Federal de Ouro Preto. 2. Estudantes universitários - Programas de desenvolvimento. 3. Programas de ação afirmativa. 4. Quilombolas. I. Pataxó, Raquel Mota Mascarenhas. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 378(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Wanderson Sousa Rodrigues de Oliveira

Ações Afirmativas no Ensino Superior: particularidades no acesso e permanência de estudantes quilombolas na UFOP

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social
Aprovada em 20 de julho de 2024

Membros da banca

Profa. Dra. Raquel Mota Mascarenhas - Orientador(a) (UFOP)

Profa. Dra. Isis Silva Roza - (UFOP)

Assistente Social Renan Mapa - (Prefeitura Municipal de São João Del Rei-MG)

Profa. Dra. Raquel Mota Mascarenhas, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/07/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Mota Mascarenhas**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/07/2026, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1150241** e o código CRC **E643C4DE**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.008533/2026-74

SEI nº 1150241

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3558-2275 - www.ufop.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema *os desafios de acesso e permanência de estudantes quilombolas nas universidades federais brasileiras*, dentre o qual se define o problema central investigado *de como se dá o acesso e a permanência de estudantes quilombolas nos cursos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)*? O objeto de estudo, portanto, corresponde ao *acesso e permanência desses estudantes na UFOP*, a fim de alcançar o objetivo geral de *analisar o acesso e a permanência de estudantes quilombolas nos cursos de graduação na UFOP*. Os dois objetivos específicos estabelecidos correspondem aos dois capítulos que compõem esse trabalho, sendo que o primeiro busca *identificar particularidades das ações afirmativas voltadas ao acesso de estudantes quilombolas aos cursos de graduação na UFOP*; e o segundo, visa *identificar particularidades das ações afirmativas voltadas à permanência de estudantes quilombolas na mesma instituição*. A metodologia adotada é de natureza exploratória, utilizando pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos e documentos) e autoetnografia, com análise da trajetória acadêmica do pesquisador enquanto homem quilombola. Os resultados apontam para particularidades do acesso de quilombolas ao ensino superior na UFOP sendo tangenciadas por possibilidades e desafios. Como possibilidades destacam-se a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) e a Nova Lei de Cotas (Lei 14.723/2023), com percentual específico para quilombolas; o Programa de Bolsa Permanência (PBP) no valor de R\$ 1.400,00 mensais; a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); a moradia universitária e auxílios alimentação; a extensão universitária como espaço de pertencimento e valorização da cultura afro-brasileira; a Lei 15.142/2025 (reserva de 30% das vagas em concursos federais para negros, indígenas e quilombolas); e o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares como rede de apoio. Como desafios evidenciamos o racismo estrutural e institucional; epistemicídio e desqualificação dos saberes ancestrais; dificuldades financeiras e materiais (auxílios insuficientes, moradia, alimentação, transporte); isolamento social e exclusão acadêmica; falta de preparo das universidades para acolher estudantes quilombolas; baixa representatividade docente; fragilidades na educação básica (fechamento de escolas quilombolas, altas taxas de analfabetismo); e dificuldades de acesso à certificação pela Fundação Palmares.

Palavras chaves: Ações afirmativas. Estudantes quilombolas. Acesso. Permanência. UFOP.

ABSTRACT

This research focuses on the challenges of access and retention of Quilombola students in Brazilian federal universities. The central problem investigated is how Quilombola students access and remain in undergraduate courses at the Federal University of Ouro Preto (UFOP). The object of study, therefore, corresponds to the access and retention of these students at UFOP, in order to achieve this. The general objective is to analyze the access and retention of Quilombola students in undergraduate courses at UFOP. The two specific objectives proposed in the two chapters that comprise this work are: the first seeks to identify particularities of affirmative action policies aimed at the access of Quilombola students to undergraduate courses at UFOP; and the second aims to identify particularities of affirmative action policies aimed at the retention of Quilombola students in the same institution. The methodology adopted is exploratory in nature, using bibliographic research (books, scientific articles, and legal documents) and autoethnography, with an analysis of the researcher's academic trajectory as a Quilombola man. The results point to particularities in the access of quilombola people to higher education at UFOP, touched upon by possibilities and challenges. Among the possibilities highlighted are the Quota Law (Law 12.711/2012) and the New Quota Law (Law 14.723/2023), with a specific percentage for quilombola people; the Student Support Program (PBP) worth R\$ 1,400.00 per month; the National Student Assistance Policy (PNAES); university housing and food assistance; university extension as a space for belonging and valuing Afro-Brazilian culture; Law 15.142/2025 (reserving 30% of vacancies in federal competitions for Black, Indigenous, and quilombola people); and the strengthening of community and family ties as a support network. Among the challenges, we highlight structural and institutional racism; epistemicide and the devaluation of ancestral knowledge; Financial and material difficulties (insufficient aid, housing, food, transportation); social isolation and academic exclusion; lack of preparedness of universities to welcome quilombola students; low teacher representation; weaknesses in basic education (closure of quilombola schools, high illiteracy rates); and difficulties in accessing certification by the Palmares Foundation.

Keywords: Affirmative actions. Quilombola students. Access. Retention. UFOP.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Raquel Pataxó, pela escuta atenta, generosidade e por acreditar nesta pesquisa desde o início. Obrigado, Raquel, por ter topado o desafio e por ter acreditado em mim. Sou extremamente grato. Ao curso de Serviço Social da UFOP e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), por serem território de formação crítica. À Universidade Federal de Ouro Preto, que mesmo com suas imperfeições, tornou possível este sonho. Ao Programa de Bolsa Permanência (PBP), à moradia estudantil, ao Ministério da Educação (MEC) pela efetivação da Bolsa Quilombola. Ao meu padrinho Victor Portilho, que muito me ajudou em momentos financeiros difíceis dentro da universidade: sem esses auxílios e apoios, eu não teria chegado até aqui.

Gostaria de pedir licença a todas as forças maiores que regem os planos existenciais, a todas e todos os meus ancestrais, por me permitirem chegar até aqui. Sou imensamente grato. Por trás dessa conquista, muitas pessoas lutaram para que este momento fosse possível. Não há nada tão justo que eu possa fazer a não ser agradecer por não terem desistido e por continuarem lutando, mesmo sem pensar no futuro, pensando em sobreviver e por liberdade. Essa liberdade hoje me oportunizou realizar um sonho ao lado das pessoas que amo e que sempre torceram por mim. Essa conquista é também para vocês.

Agradeço aos meus avós: Dona Benedita Rosa de Sousa, meu avô Marcelino Canuto de Sousa, meu avô Antonio Bruno de Oliveira (em memória), como eu amei vocês, um dia nos encontramos para uma boa prosa, e minha avó Mariinha Rodrigues, minha madrinha, meu amor, dona das orações de proteção que até hoje me mantém de pé e seguindo firme na caminhada. Amo você, minha vó. Eles fazem parte direta da minha história e são sustentação para que eu pudesse chegar ao mundo como espírito e matéria.

Agradeço ao quilombo de Três Barras, Buraco e Cubas, existente na cidade de Conceição do Mato Dentro, local onde meus bisavós ajudaram a construir, onde minha avó Mariinha nasceu. Sou imensamente grato a cada um dos meus ancestrais. E aos povos quilombolas, povo que resistiu e ainda resiste nos dias atuais, quebrando barreiras, lutando, resistindo e alcançando direitos que há tanto tempo foram violados.

Agora, a parte mais emocionante: meus pais.

Minha mãe, Maria José de Sousa Oliveira, a mulher mais importante da minha vida. Mãe, todos os dias peço a Deus, ao universo, aos meus guias, aos meus orixás, a toda forma de energia possível que te protejam e cuidem de você. Por nunca, em nenhum momento, ter desistido de mim. Hoje entendo cada vez mais nossa ligação, o cuidado, o respeito que tenho

por você e a admiração eterna por quem você é. Sem você, eu não chegaria até aqui; eu não seria nada sem o seu amor. Eu poderia ficar uma vida inteira agradecendo e, mesmo assim, seria pouco diante da grandeza da sua vida. Muito obrigado, mamusca.

Ao meu pai, José Bruneli Rodrigues de Oliveira, meu amigo, meu mestre. Obrigado por cuidar de mim, por me proteger, por me ensinar os caminhos da vida, por me amar, por me ensinar a pescar, por me conectar com as forças da natureza. Você é muito especial para mim, meu mestre, atleticano enjoado, mas fonte de inspiração, amor e sabedoria. Meu companheiro de muitas e boas histórias.

Aos meus irmãos: Bruna Oliveira, Wellington Sousa, Carolina Sousa. Que alegria dividir com vocês este momento. Vocês são tudo para mim. Sou a pessoa mais feliz do mundo porque tenho comigo as pessoas mais lindas do mundo. Cada um de vocês me ensinou a amar, a partilhar, a não soltar a mão um do outro – e fizemos isso e fazemos até hoje.

Um agradecimento especial ao meu irmão Wellington, por me dar um dos toques mais importantes da vida: lembrar que eu precisava voltar a estudar. Se hoje estou aqui finalizando a graduação, boa parte disso tem a ver com esse empurrão. E eu consegui.

À minha irmã Bruna, uma das pessoas que mais admiro. Mulher guerreira, fonte de resistência e resiliência. Obrigado por dividir comigo as formas mais lindas de nunca desistir e sempre seguir em frente, de cabeça erguida, com força e esperança.

À minha irmã Carol, que doçura de pessoa, que delícia de coração! Como sou grato por você existir. Sempre me emociono ao falar de você, porque você sempre me amou da forma mais pura. Amo você demais da conta e muito obrigado por me permitir ser padrinho do seu filho. Como sou feliz e grato por isso, por ter me escolhido, por confiar a mim essa responsabilidade que espero estar cumprindo da melhor forma possível.

Aos meus sobrinhos:

Luis Otávio, como eu sou seu fã! Obrigado por tudo, por ser meu amigo, meu filho, meu irmão. Como é gostoso amar você. Você me enche de orgulho, meu jogador, homem de caráter, sorriso solto, coração bondoso, olhar sincero. Você é luz em minha vida. Eu te amo e você sabe disso.

Anthony, meu bebê, meu amor, meu amigo. O padrinho te ama com a maior força do universo. Que honra poder fazer parte da sua vida! Como é gostoso escutar "padrinho" mil vezes por dia. Seu abraço carinhoso, seu cheirinho... só você consegue arrancar de mim os sorrisos mais sinceros da vida. Eu te amo, meu neném. Você é a pessoa mais especial que chegou em minha vida, sem dúvida alguma. Não tem preço toda alegria que você me proporciona todos os dias.

Giulia, lindeza da minha vida. O titio te ama muito e vai estar sempre por perto. Você é a nossa princesa linda. Chegou em nossas vidas e só nos trouxe alegria. Que menina doce, que coração bonito. Você é luz.

Agora é a vez do Vicente, o mais novo integrante dessa grande e abençoada família. Vicente, que alegria saber que o amor se refaz todos os dias e que a vida é algo inexplicável. O titio te ama muito e vai cuidar sempre de você.

Obrigado por existirem e por me fazerem a pessoa mais feliz do mundo.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Meu pai e minha mãe	24
Imagem 2 - Eu e meus irmãos	25
Imagem 3 - Eu e meus irmãos	26
Imagem 4 - Formatura do ensino fundamental	27
Imagem 5 - Acesso na UFOP	31
Imagem 6 - Permanência na UFOP	45
Imagem 7 - Forró de Ouro	45
Imagem 8 - Capoeira para Todos	46

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ACE – Agente de Combate às Endemias

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

COPAE – Comitê Permanente de Assistência Estudantil

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

NACE – Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis

PBP – Programa de Bolsa Permanência

PFAA – Programa Federal de Ações Afirmativas

PIDIC – Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência

PL – Projeto de Lei

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PRACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - PARTICULARIDADES DO ACESSO DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	19
1.1 ACESSO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA AO ENSINO SUPERIOR	19
1.2 TRAJETÓRIA DE ACESSO DE UM QUILOMBOLA À UFOP	24
CAPÍTULO II - PARTICULARIDADES DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	34
2.1 PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NO ENSINO SUPERIOR	34
2.2 TRAJETÓRIA DE PERMANÊNCIA DE UM QUILOMBOLA NA UFOP	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso consiste em apresentar-se como um artefato, nos termos do excerto *O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual*, de autoria de Suely Deslandes (2009, p. 31), ou seja, ele é “tanto é fruto da mão de obra humana, intencionalmente criado, quanto no sentido de ser resultado do uso de métodos particulares em pesquisa” (FGV, 1987). É um instrumento que servirá como guia para as ações do estudo proposto”. Por isso, o planejamento dessa pesquisa se guiou a fim de responder sobre as minhas dúvidas, consequentemente, consiste em erguer uma estrutura para que eu possa me guiar a obter um resultado esclarecedor sobre o que busco enquanto pesquisador.

Pode-se dizer, em outras palavras, que as dimensões dessa pesquisa são como uma bússola através da qual vou me guiar, para tecer as dimensões técnica, ideológica e científica. Sendo que, “a dimensão técnica, que trata das regras reconhecidas como científica para a construção de um projeto, isto é como definir um objeto, como abordá-lo e como escolher os instrumentos mais adequados para a investigação” (Deslandes, 2009, p. 34). Enquanto “a dimensão ideológica se relaciona às escolhas do pesquisador. Quando definido o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo em última instância, ideológicas” (Deslandes, 2009, p. 34). A dimensão científica, por sua vez, se refere à articulação das duas dimensões anteriores, que é quando

A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si é uma reconstrução da realidade através do método científico. Como já dito, o método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une, dialeticamente o teórico e o empírico (Deslandes, 2009, p.34) .

Nesse sentido, a autora explicita que o projeto de pesquisa busca responder a um conjunto de perguntas que evidenciam um processo: O que é pesquisar?; Para que pesquisar?; Como pesquisar?; Por quanto tempo pesquisar?; Com que recurso?; A partir de quais fontes?

Sendo assim, cabe apresentar que o *tema* dessa pesquisa é *Os desafios de acesso e permanência de estudantes quilombolas nas universidades federais brasileiras*. Entendo que, “o tema de pesquisa indica a área de interesse ou assunto a ser investigado” (Deslande, 2009, p. 39). Contudo, por se tratar de um tema ainda bastante amplo, é necessário delimitar um problema de pesquisa, que é a indagação central da pesquisa. Segundo Deslandes (2009,p.39), “a definição do problema ou objeto de pesquisa às vezes é tarefa difícil, mas também a razão da existência de um projeto”. Sendo assim, o *problema* central desta pesquisa é *Como se dá o*

acesso e a permanência de estudantes quilombolas nos cursos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto?

Culminando em que *objeto* a ser investigado seja *O acesso e a permanência de estudantes quilombolas nos cursos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto*. Sendo que o projeto científico trabalha com um objeto construído, e não com o objeto percebido, nem com o objeto real. Ou seja, “o objeto construído, por sua vez, constitui uma tradução, uma versão do real a partir de uma leitura orientada por conceitos operadores. É resultado de um processo de objetivação teórico-conceitual de certos aspectos ou relações existentes do real” (Deslandes, 2009, p. 33).

A pertinência dessa pesquisa se demonstra tanto em âmbito pessoal, como social e científico. Tendo em vista que, de acordo com Deslandes (2009, p. 46), “a justificativa de ordem pessoal é aquela que situa, de forma sintética, a escolha do produto de estudo na trajetória profissional e biográfica do pesquisador”. Sendo assim, para realizar essa pesquisa, ponho em evidência a minha própria história de vida e as lacunas constantemente enfrentadas para compreender as dificuldades vivenciadas dentro das minhas experiências existenciais enquanto um *homem negro quilombola periférico*.

Para além de compreender as dificuldades de acesso e permanência de quilombolas nas universidades federais, essa pesquisa também é uma forma de buscar respostas sobre o cenário social ao qual faço parte. Passei grande parte da vida buscando me encontrar, me enquadrar, para, de certa forma, ser aceito em uma sociedade excludente, que se reproduz a partir de desigualdade social, manifestas também no âmbito educacional. Entendo, portanto, que a ideia de que as oportunidades são iguais para todos é uma mera abstração dos sonhos, e esses sonhos não eram reais para mim e nem para minha família.

Contradizendo essa determinação do *racismo estrutural*¹, eu - homem preto quilombola periférico - me tornei estudante de graduação. Isso porque estar dentro dos espaços acadêmicos sempre foi algo inimaginável para quem nasceu em uma cidade pequena como Conceição do Mato Dentro, em 1985. Filho de pais que sempre trabalharam no serviço braçal, mãe lavadeira, pai pedreiro, o filho mais velho de quatro irmãos. Um contexto em que idealizar frequentar uma universidade federal jamais passou pelos mais belos sonhos.

¹ Conforme Silvio Almeida (2018, p. 38), no livro *Racismo Estrutural*, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural”.

Sempre assisti de perto filhos de famílias de classe média alta serem privilegiados pelas estruturas da *branquitude*², indo para a capital Belo Horizonte para estudar, enquanto o que me restava, depois da conclusão do ensino médio era buscar, de alguma forma, trabalho para poder ajudar a família e cuidar da própria manutenção da vida. A faculdade não se enquadrava com os meus sonhos, porque as condições de vida não permitiram que isso fosse possível após a conclusão dos estudos básicos. É por isso que entender hoje essa realidade e poder pesquisar sobre ela é uma forma de dar respostas às minhas próprias inquietudes, que são expressões de inquietudes típicas dos jovens negros quilombolas, sobre o que me aprisionou durante os meus 40 anos de trajetória entre luta e sobrevivência. Não por ser uma demanda individual, nos termos da sociabilidade burguesa, mas por ser uma demanda que me representa enquanto um indivíduo que, também, é coletivo: *o ser quilombola na universidade pública*.

No que tange a relevância social, ou seja, “Os motivos de ordem prática são os que indicam a relevância da pesquisa para a intervenção na questão social abordada” (Deslandes, 2009, p. 46), destaco que é necessário tecer alguns questionamentos às universidades: *elas estão preparadas para receber estudantes quilombolas nos espaços acadêmicos?* Existem várias possibilidades de reflexão a esse respeito e, conseqüentemente, inúmeras barreiras a serem superadas para que as universidades estejam adequadamente preparadas para nos receber, mesmo com os grandes avanços obtidos com as políticas afirmativas, como a reserva de cotas para quilombolas no ensino superior.

Exemplo de conquista nessa luta contra o racismo e a desigualdade social, a Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012, mais conhecida como Lei de Cotas, prevê a reserva de percentual de vagas em instituições de ensino federais para grupos historicamente excluídos desses espaços: candidatos negros, indígenas, estudantes de escola pública e pessoas com deficiência e de baixa renda. Ou seja, “a Lei nº 12.711/2012 garantiu que 50% do total de vagas nas universidades e institutos federais fossem reservadas para alunos que vieram de escolas públicas. Nesse recorte de 50%, as vagas são também oferecidas para pretos, pardos e indígenas” [o que mudou consideravelmente o perfil de acesso às universidades públicas, visto que] “no começo dos anos 2000, a cada 100 universitários, apenas 2 eram negros” (Santana, 2022, s./p.).

² Como define Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 2), no excerto *Branqueamento e branquitude no Brasil*, a branquitude são os “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das idéias sobre branqueamento”.

Sendo uma conquista recente, é preciso continuar avançando na luta por direitos, tendo em vista a particularidade das demandas de povos tradicionais, como a população quilombola, que ainda encontra-se insuficientemente assistida em diversas áreas, inclusive no setor da educação. Nesse sentido, temos a recente atualização legal da reserva de cotas, com a promulgação da Lei n. 14.723, em 13 de novembro de 2023, a Nova Lei de Cotas, que garante um percentual específico para quilombolas no ensino superior federal, considerando a reserva de vagas proporcionais à sua população local, isto é.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2023, s./p.).

Esse trabalho de conclusão de curso, portanto, visa ter a função essencial de contribuir para dar visibilidade às particularidades do acesso e permanência de quilombolas estudantes universitários em instituições de ensino superior federal. Por isso, é de suma importância tanto para a esfera pessoal, social e, conseqüentemente, para o contexto científico. Sendo assim a construção dessa pesquisa se propõe de forma central a evidenciar a relevância social do problema de pesquisa para a área do Serviço Social. Tendo em vista que

A justificativa de ordem acadêmica se sustenta em vários argumentos: a) de caracterização do nível de conhecimento e da produção acumulada na temática, indicando aí suas lacunas: b) do potencial para ampliar o conhecimento disponível: c) de promessa de avanço metodológico: d) da importância social do problema (Deslandes, 2009, p. 46).

As comunidades quilombolas historicamente tiveram seus direitos violados, sendo alvo de violência por séculos. Pesquisar, questionar, criar documentos que exaltam a importância desses povos é mais que uma obrigação coletiva. Dialogando com a produção do conhecimento do Serviço Social, a pesquisa tende a enfatizar que nós, povos quilombolas, existimos e somos atingidos pelas múltiplas expressões da “questão social”³ cotidianamente, inclusive no ambiente universitário. Para isso, a pesquisa é tecida em coerência com os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social.

³Conforme explicita José Paulo Netto (2001), no artigo "Cinco notas a propósito da 'questão social'", o autor define a "questão social" como expressão das desigualdades estruturais do capitalismo: a pobreza e a desigualdade não são acidentes nem "falhas" do sistema, mas sim produzidas pelo próprio funcionamento do capitalismo. O uso das aspas visa desnaturalizar o termo, resgatar sua historicidade e criticar abordagens despolitizadas.

Considerando a Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, essa pesquisa está diretamente alinhada a contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas a atender estudantes quilombolas nas universidades federais, ou seja, a pesquisa é relevante e está coerente com as competências profissionais de assistentes sociais, conforme previsto no artigo IV, inciso VII, que consiste em “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” (Brasil, 1993, s./p.).

Com bases nos princípios do Código de Ética do/da Assistente Social, previsto na Resolução CFESS n. 272, de 13 de março de 1993, afirmo que essa pesquisa está diretamente vinculado ao princípio ético do "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (CFESS, 1993, s./p.). A pesquisa busca em sua totalidade atender as necessidades da população quilombola, enquanto um segmento racializado dentre os mais subalternizados da classe trabalhadora constituído como comunidade tradicional majoritariamente composta por população negra.

O que é coerente com a Campanha Antirracista, lançada pelo conjunto CFESS/CRESS, constituído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS's), em resposta direta a episódios de racismo, como a invisibilidade e desproteção relatado por estudantes negros universitários, demonstrando que evidencia o combate ao racismo como uma de suas pautas principais. Por fim, em direção às manifestações coletivas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a pesquisa tem a finalidade de observar as particularidades da população quilombola. A fim de obter resultados que possam servir de referencial bibliográfico visando fortalecer o segmento de estudantes de graduação e pós-graduação em Serviço Social e de assistentes sociais quilombolas. Bem como de subsidiar a formação profissional da categoria em geral, para que esteja ciente e alinhada à luta da população quilombola por conquistar o reconhecimento de nossos direitos.

Para que essa pesquisa aconteça é preciso que haja um guia que é a metodologia, com esse papel fundamental para organizar a pesquisa. De acordo com Deslandes (2009, p. 46), a metodologia “indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo”. Tendo em vista que o *objetivo geral* da pesquisa diz respeito ao “conhecimento que o estudo proporcionará em relação ao objeto” (Deslandes,

2009, 45), tenho o propósito de *Analisar o acesso e a permanência de estudantes quilombolas nos cursos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto*. Nesses termos, conforme expõe Antônio Carlos Gil (2002, p. 41), no livro *Como elaborar projetos de pesquisa*, esse trabalho de conclusão de curso trata-se de uma pesquisa exploratória, pois “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. Ou seja, consiste em uma pesquisa que visa o aprimoramento de ideias para alcançar o objetivo geral previsto, sendo necessário “traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa” (Gil, 2002, p.43). Por isso, constitui-se procedimentos técnicos em coerência com cada um dos objetivos específicos, por entender que “os objetivos específicos são formulados pelo desdobramento das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral” (Deslandes, 2009, p.45).

Por isso, no Capítulo I - PARTICULARIDADES DO ACESSO DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS, temos o objetivo específico de *identificar algumas particularidades das ações afirmativas que visam promover o acesso de estudantes quilombolas aos cursos de graduação na UFOP*. No Capítulo II - PARTICULARIDADES DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS, temos o objetivo específico de *identificar algumas das particularidades das ações afirmativas que visam promover a permanência de estudantes quilombolas em cursos de graduação na UFOP*.

Para isso, farei uso da pesquisa bibliográfica “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). Buscando em publicações acadêmicas e documental as evidências para compreender a constituição das ações afirmativas voltadas à promoção do acesso e permanência da população quilombola ao ensino superior federal brasileiro. Além disso, irei utilizar a autoetnografia, que de acordo com Silvio Matheus Alves Santos (2011) no artigo *O método da autoetnografia na pesquisa sociológica*, consiste em uma abordagem de pesquisa e escrita que busca descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal para compreender a experiência coletiva. Isto é,

“Autoetnografia” vem do grego: *auto* (*self* = “em si mesmo”), *ethnos* (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e *grapho* (escrever = “a forma de construção da escrita”). Assim, já na mera pesquisa da sua origem, a palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertença (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve) (Santos, 2011, p. 218).

Sendo assim escolhi a autoetnografia como caminho para este trabalho. Para mim, essa é uma forma importante de contar a minha história, enquanto homem preto, quilombola. Quero usar minha vivência como estudante na UFOP para conduzir a escrita do TCC. A trajetória que percorri foi árdua, os desafios foram muitos, mas a bagagem de aprendizado conquistada durante o percurso mostra que somos capazes de alcançar nossos sonhos.

Com isso, analiso a minha trajetória acadêmica enquanto quilombola, inicialmente trago o processo que culminou no meu acesso ao ensino superior e, posteriormente, o processo de permanência até a conclusão da graduação.

Para desenvolver essa pesquisa serão utilizados alguns recursos, embora não haja orçamento para gastos com pessoal e material (Deslandes, 2009), que são recursos humanos, o estudante pesquisador e a professora orientadora, bem como recursos materiais, o computador e acesso a internet do estudante pesquisador.

CAPÍTULO I - PARTICULARIDADES DO ACESSO DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

O objetivo deste capítulo é *identificar algumas particularidades das ações afirmativas que visam promover o acesso de estudantes quilombolas aos cursos de graduação na UFOP*. Para isso, através de pesquisa bibliográfica e autoetnografia, abordamos alguns dos desafios e possibilidades para o acesso da população quilombola ao ensino superior.

1.1 ACESSO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA AO ENSINO SUPERIOR

O acesso às Universidades Públicas Federais para estudantes quilombolas é uma conquista muito importante diante de toda opressão sofrida e enfrentada por essas comunidades ao longo da formação social capitalista brasileira. Sendo impulsionado pela Lei n.12.711/2012, atualizada pela Lei n. 14.723/2023, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino superior, técnico e médio, por instituir a reserva de 50% das vagas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo *per capita* que devem ser preenchidas por pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e com deficiência.

Trata-se das *cotas raciais e sociais*, que por vezes são citadas como desnecessárias para esses grupos específicos, *como esmola*. Para dar alusão a essa discussão apresento a canção *Cota Não é Esmola* de Bia Ferreira e Doralyce (2018)⁴, em que retratam os enfrentamentos da realidade social desses jovens:

Cota não é esmola.
Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola.
Experimenta nascer preto na favela pra você ver.
O que rola com preto e pobre não aparece na TV.
Opressão, humilhação, preconceito.
A gente sabe como termina, quando começa desse jeito.

Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais.
Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais.
Deu meio dia, toma banho vai pra escola a pé.
Não tem dinheiro pro busão.
Sua mãe usou mais cedo pra poder comprar o pão
E já que tá cansada quer carona no busão.
Mas como é preta, pobre, o motorista grita: Não!

A ideia central da música de Bia e Doralyce é combater a ideia de que as cotas são um *favor* ou *esmola* concedido à população negra. Ao contrário, elas enfatizam que as cotas são um direito conquistado após séculos de escravidão, exclusão e desigualdade. Nesses termos, é

⁴ https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM&list=RDQcQlaoHajoM&start_radio=1

importante compreender a pertinência do racismo como elemento estrutural para as condições de vida das populações indígenas e quilombolas no capitalismo.

O fato é que até concretizar a matrícula no curso de graduação em uma universidade pública federal, as comunidades quilombolas enfrentam um conjunto de dificuldades comuns a populações de povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, no âmbito do Brasil. De acordo com o Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu Art. 3º, compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Ser quilombola, portanto, vai além de ser descendente de africanos escravizados no Brasil. É a afirmação da resistência de várias nações africanas que, por mais de 500 anos, enfrentam as expressões da “questão social”. É também o pertencimento a formas de ser, viver, cuidar e conquistar que foram preservadas por séculos. Ser quilombola é manter com sigo viva a ancestralidade dos que vieram antes, confluindo com os povos que aqui no Brasil já viviam antes da invasão europeia, povos esses originários, indígenas. É ser resistência ativa contra séculos de violências e negações. É ser protetor da preservação da terra, compreendendo que território é vida, memória e existência. Ser quilombola é preservar a ancestralidade, os saberes medicinais, as línguas, as espiritualidades e as formas de organização que garantem a continuidade da vida em harmonia.

Olhando para o descaso com a população quilombola no Brasil, destaca-se que “no Censo 2022, pela primeira vez, os quilombolas foram incluídos nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse levantamento mostra que a população quilombola do Brasil é de 1,32 milhão de pessoas - ou 0,65% do total de habitantes” (IBGE, 2022, s/p.). No que tange a particularidade do acesso à educação básica, dados do IBGE mostram que, no “Censo 2022: analfabetismo entre quilombolas é quase três vezes maior do que na população total do país” (IBGE, 2022, s/p.).

De acordo com informações coletadas pelo Censo Demográfico 2022, a taxa de alfabetização das pessoas quilombolas com 15 anos ou mais de idade, vivendo dentro e fora de territórios oficialmente delimitados (1.015.034 pessoas), foi de 81,01% (822.319 pessoas), inferior ao índice nacional (93,0%) para esse grupo de idade. Assim, a taxa de analfabetismo dos quilombolas chegou a 18,99% (192.715 pessoas), 2,7 vezes acima da registrada entre a população geral (7,0%). Foram

consideradas alfabetizadas as pessoas que souberam ler e escrever um bilhete simples (IBGE, 2022, s./n.).

É possível notar que existem avanços na coleta de dados sobre a população indígena, a exemplo de outro segmento de povos tradicionais, mas que, também, não estão imunes aos atrasos recorrentes nas estatísticas oficiais quando comparados à população em geral. Com base em dados censitários do IBGE, foi possível consolidar informações abrangentes: “O Brasil possui 391 etnias e 295 línguas indígenas” (IBGE, 2022, s./p.). Em relação a alfabetização seguindo comparação da média nacional entre os anos de 2010 a 2022, dados do IBGE mostram que, “em 2022, 84,9% (1 milhão) das 1,2 milhão de pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade eram alfabetizadas. Apesar de representar um aumento na comparação com 2010, quando foi de 76,6%, ficou abaixo da média nacional, que foi de 93,0%” (IBGE, 2022, s./p.).

Frente a esses dados, destaco a desigualdade de acesso à política de educação quando compara-se a população indígena e quilombola em relação a média geral da população brasileira. Historicamente, comunidades tradicionais têm sido prejudicadas e seus direitos violados, dentre eles o acesso à educação tanto em seus territórios quanto em outros espaços. Para que mais alunos quilombolas estejam preparados para ingressar em universidades públicas, é necessário, antes de tudo, que exista uma educação básica de qualidade, que proporcione a eles bases estruturantes para tal. Em matéria do portal de notícias da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), vê-se que

Os números apresentados pela pesquisa coordenada pelo Coletivo de Educação da CONAQ revelaram um cenário crítico: entre 2021 e 2024, pelo menos 327 escolas quilombolas deixaram de existir, sendo 219 somente no Nordeste brasileiro⁵. Ainda mais preocupante foi o alerta sobre o custo social desse fechamento, que amplia a evasão escolar, fragiliza os territórios e enfraquece laços comunitários, além de expor as crianças a deslocamentos desgastantes e ao racismo cotidiano nas novas escolas urbanas (CONAQ, 2025, s/n).

A luta por assegurar o acesso da população quilombola a espaços acadêmicos inclui, portanto, a efetivação de políticas no âmbito da educação básica, para que se possa promover a possibilidade de acessarem a educação superior. Trata-se, portanto, de reconhecer que ainda é necessário avançar no enfrentamento ao racismo estrutural presente na construção da formação social brasileira capitalista. Sueli Carneiro (2005), em tese de doutorado intitulada *A*

⁵ O que vale enfatizar na matéria é que “a Bahia foi destacada como um exemplo dramático, com ao menos 137 escolas quilombolas fechadas nos últimos 10 anos, conforme levantamento do Fórum Permanente de Educação Escolar Quilombola da Bahia” (CONAQ, 2025, s./n.).

construção do outro como não-ser como fundamento do ser, discorre que essas dificuldades de acesso à educação estão ligadas diretamente ao processo de *epistemicídio*. Isto é,

para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (Carneiro, 2005, p. 98).

No processo de acesso à educação e aos espaços acadêmicos, Scheila Nunes Goncalvez (2018), em sua tese de doutorado intitulada *Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes*, apresenta uma análise sobre a violência contra a população negra somada a violência contra as mulheres. Ela destaca que a luta por inclusão e respeito às capacidades intelectuais é um privilégio que muitas vezes não é acessível a todos, especialmente às mulheres negras e pobres, que enfrentam a tripla marginalização, de gênero, raça, e classe.

Mulheres negras e pobres historicamente têm suas vidas marcadas pela perpetuação do controle mais exacerbado e extenuante de seus corpos, tanto pelo trabalho precário quanto pela violência. Na verdade, a própria inserção das mulheres brancas nos espaços públicos (de estudo e trabalho) contou com a terceirização da administração da vida doméstica através da contratação dos serviços domésticos de mulheres pobres – preponderantemente negras. Especialmente no contexto brasileiro esse é um dado marcante da sociabilidade feminina que assinala um traço de continuidade com a escravidão (Gonçalves, 2018, p.14)

A realidade vivenciada por esses grupos mostra que as políticas de ação afirmativa e permanência estudantil precisam ser necessariamente interseccionais e específica. Para além de garantir o acesso, é preciso que sejam atendidas as demandas de estudantes que compõem as populações tradicionais. No caso das mulheres quilombolas, além do racismo ainda é preciso superar outros vários obstáculos, como o machismo, que se revela, por exemplo, na sobrecarga de trabalho doméstico e comunitário, que dificulta o acesso e a permanência dessas estudantes à graduação.

É fazendo coro a música de Bia e Doralyce, que busco observar as particularidades das cotas enquanto uma *ação afirmativa* direcionada a estudantes quilombolas no âmbito da graduação na educação superior. A ação afirmativa, enquanto política pública, não surge de

uma simples escolha de um grupo político. Ela é resultado de movimentos coletivos de luta que reivindicam a proteção de direitos constitucionais, assegurando a pessoas não-brancas, pobres e/ou com deficiências, a equiparação de oportunidades e responsabilização do Estado para o cumprimento dos direitos reconhecidos na constituição federal. Como expressão nacional, destacamos a constituição do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), efetuado a partir do Decreto n. 11.785, de 20 de novembro de 2023, estabelecendo que

Art. 1º Fica instituído o Programa Federal de Ações Afirmativas - PFAA, no âmbito da administração pública federal direta, com a finalidade de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, consideradas as suas especificidades e diversidades (Brasil, 2023, s./p.).

A formação social capitalista no processo de constituição dos estados nacionais fundaram a desigualdade de raça, gênero e classe como estruturantes e que, portanto, definiram grupos desfavorecidos. E, desde então, há um processo contínuo de luta por promoção e defesa de políticas de afirmação, a fim de assegurar que estes grupos tenham o reconhecimento de serem sujeitos de direitos. Nesses termos, cabe evidenciar que uma das principais funções das cotas é *democratizar o acesso ao ensino superior*, enquanto um instrumento de enfrentamento ao racismo estrutural. Acerca disso, João Feres Júnior (2004), no artigo *Ação Afirmativa no Brasil: fundamentos e críticas*, afirma que:

Se entendermos isso claramente, podemos ver que a ação afirmativa é só mais uma política do Estado de Bem-Estar Social. Ela se assenta sobre a constatação de que uma parcela da população tem suas chances de gozar dos benefícios da vida em sociedade em pé de igualdade com seus concidadãos seriamente diminuídas, e que a proteção formal contra a discriminação dessa parcela, ou seja, as leis que coíbem a discriminação racial, baseadas no princípio universal da não-discriminação, não são eficazes (Feres Júnior, 2004, p. 7).

É possível afirmar que as cotas de acesso à educação superior, portanto, é um direito previsto em lei, mas não assegura em sua totalidade o fim das violências e desigualdades de raça, gênero e classe, e nem mesmo consegue de fato equiparar em sua totalidade a igualdade de oportunidades dentre os segmentos populacionais.

Em matéria da revista Fapesp (2022), dados do Censo da Educação Superior - realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação - mostram que, em 2022, havia cerca de 70 mil alunos indígenas de centenas de etnias matriculados em instituições de ensino superior (29% em públicas e 71% em privadas). Em 2009, esse número era de 11,4 mil. Entretanto, o avanço no número de ingressos não garante que esse grupo específico de alunos conseguirá chegar até o final da graduação. Isso se deve às grandes

dificuldades e barreiras enfrentadas, como a falta de preparação das universidades para de fato receber esses alunos, a manutenção da vida financeira, dentre outros entraves.

A inclusão de quilombolas como grupo específico de acesso a cotas ocorreu apenas em 2023, com a Nova Lei de Cotas, nesses termos pode-se aferir o quantitativo de quilombolas no ensino superior. O que demonstra as inúmeras barreiras a serem superadas quando se trata de uma reparação histórica inclusiva frente às desigualdades sociais para a população quilombola. Sendo assim as ações afirmativas devem estar ligadas não apenas a garantia ao acesso, mas também oportunizar de forma igualitária à permanência desses estudantes, discussão que abordaremos no segundo capítulo.

1.2 TRAJETÓRIA DE ACESSO DE UM QUILOMBOLA À UFOP

Minha história, antes de chegar à universidade federal, sempre foi pautada pela dificuldade e pela resistência. Sou o filho mais velho de quatro irmãos, e minha trajetória só tem sentido porque começa com a história da minha maior fonte de inspiração, a vida dos meus pais - que sempre serão o meu maior orgulho. Meus pais sempre foram pessoas muito simples, que não tiveram oportunidades de estudar quando jovens.

Imagem 1 - Meu pai e minha mãe



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Minha mãe Maria José nasceu na roça, em um povoado de Conceição do Mato Dentro, distrito de São José do Meloso. A família de minha mãe tem descendência indígena, cresceu em uma localidade onde a escola formal nem mesmo existia. Ela aprendeu a ler e a escrever com os irmãos mais velhos, que também haviam tido muito pouco acesso ao estudo. A vida na roça era sempre muito difícil, o tempo de estudar foi trocado pelo tempo do trabalho, ali se plantava colhia e vendia na cidade, o transporte da mercadoria era feito de

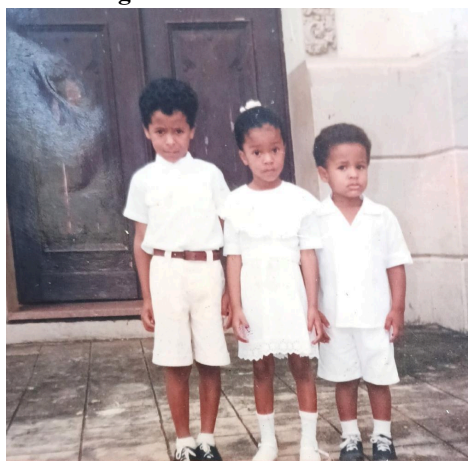
modo muito precário a única forma de chegar na cidade era feita no lombo de animais. Minha mãe, por grande parte da vida, não teve acesso a educação somente aos 15 anos de idade foi quando consegui fazer uma prova e obter o título do ensino fundamental, concluindo assim a quinta série. Depois de muitos anos fora da sala de aula, resolveu voltar a estudar aos 44 anos de vida, terminando o ensino médio aos 49 anos e, posteriormente, concluindo dois cursos técnicos. Tornou-se, assim, uma inspiração de perseverança para mim e para todos os meus irmãos.

Meu pai, José Bruneli, nasceu na cidade de Conceição do Mato Dentro, cuja família tem descendência quilombola. Estudou muito pouco, frequentou a escola somente até a quarta série primária, desde de muito pequeno ajudava os pais na tarefa de cuidar de 12 irmãos, a vida inteira trabalhou no serviço braçal fez de tudo um pouco, mas sua profissão mesmo é a de pedreiro.

Meus pais sempre nos ensinaram a ser fortes, mesmo em meio a todos os tipos de privação. Minha mãe, que tinha como profissão lavadeira, insistia que a educação era o caminho se quiséssemos ser alguém na vida, se desejássemos viver uma realidade diferente da que ela e meu pai viviam.

Passamos por tempos muito difíceis. Havia obstáculos para honrar os compromissos da casa, para garantir comida na mesa. Mesmo assim, eles nunca deixaram faltar nada. Por mais que fosse extremamente difícil, sempre havia feijão com arroz para mim e para os meus dois irmãos. Manter os filhos na escola era algo quase que impossível, comprar material escolar para três filhos, cada um com um ano de diferença de idade, ganhando muito pouco, até hoje não tenho ideia de como conseguiram.

Imagem 2 - Eu e meus irmãos



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Minha mãe mesmo fazia nossas roupas para irmos para a escola. Aprendeu a costurar, comprava o tecido e confeccionava as peças, porque saía muito mais barato do que comprar o uniforme que a escola pedia. Até que criaram um modelo de uniforme que não dava mais para reproduzir em casa. Mesmo assim, ela fazia questão de que tivéssemos pelo menos um par de uniformes para irmos apresentáveis. Quando mudei de escola para fazer a quinta série onde a escola exigia um modelo padrão de uniforme, ela juntou dinheiro, comprou um para mim que serviria mais pra frente para os meus irmãos que iriam trocar de escola no ano posterior, o resto da semana, usávamos roupas doadas, que serviam durante o ano todo. Sapato ou chinelo eram um par por ano, e dos mais simples. A mochila era feita com retalhos de calça jeans que ela mesma reciclava. Essa era a solução que ela encontrava para que nos sentíssemos em condições minimamente iguais às dos demais alunos. Mas já houve época em que o saco de arroz virou mochila, para proteger os cadernos da chuva e são cenas nítidas em minhas memórias.

Imagem 3 - Eu e meus irmãos



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Estudar sempre foi complicado, porque eu tinha vergonha dos outros alunos por não ter as mesmas condições. Mas minha mãe nunca nos deixou desistir, nem nos fez sentir menores por isso. Sempre fui um bom aluno, sempre muito esforçado, sempre tirei boas notas, até mesmo para honrar por tudo que meus pais fizeram por mim. Terminei o ensino fundamental sem nunca ter perdido a média.

Imagem 4 - Formatura do ensino fundamental



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Já o ensino médio foi mais complicado. Apesar de dedicado, eu também queria ser jogador de futebol, assim como muitos adolescentes da minha idade. Foi quando comecei a deixar a escola um pouco de lado, quando a adolescência falou mais alto. Foi quando veio minha primeira e única reprovação e decidi sair da escola. Mas a rebeldia durou pouco. Meu pai, antigamente muito nervoso, me deu uma única escolha, “ou você volta pra escola, ou vem trabalhar comigo na obra”. Escolhi ir trabalhar na construção civil. Sofri muito com essa decisão. Meu pai me levou para morar em Lagoa Santa, trabalhar como ajudante de pedreiro. Trabalhei um ano inteiro. No ano seguinte, resolvi voltar e terminar os estudos, porque entendi que precisava do ensino médio, e o trabalho braçal apesar de digno era muito sofrimento para mim que tinha alguma opção diferente da vida que meus pais tiveram.

Voltei à escola, mas minha adolescência também foi marcada pelo trabalho. Nesse período, enquanto estudava, exerci as mais diversas funções, vendi manga, esterco e doces na rua; ajudei meu pai como camelô em festas populares; trabalhei com artesanato em couro; na confecção de sandálias de couro, lembro que na época me pagavam vinte e cinco centavos por par de sandália costurados, costura feita a mão e não era fácil. Passei anos atuando com meu pai como ajudante na construção civil, trabalhei como garçom e *fazia de um tudo* que aparecia para ganhar um trocado.

Consegui chegar ao último semestre do antigo terceiro ano, mas, mais uma vez, tomei a decisão de abandonar os estudos. O motivo foi uma oportunidade de emprego que surgiu em São Paulo. Eu, com meus 17 anos, deixando tudo para trás no mesmo ano em que tirei uma nota muito boa na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Uma nota que poderia até mesmo ser o divisor de águas na minha vida, mas na época não fazia sentido pra mim seguir estudando, se o que eu precisava era dinheiro. Meus pais jamais teriam condições de me manter em outra cidade e pagar minhas estadia para eu continuar estudando. Conceição do Mato Dentro não tinha universidade, as mais próximas ficavam na capital, Belo Horizonte, ou em Diamantina. Mas nessas localidades eu estava sem parentes, sem rede de apoio, sem informações. E eu, sem motivação para estudar mais, fui morar em Paulínia, interior de São Paulo, e por lá morei por quatro anos trabalhando como atendente de loja.

Comecei a ganhar dinheiro, a comprar minhas próprias coisas, trabalhei muito, fiquei três anos sem ver minha família e sem voltar para casa. Na época o contato era feito por cartas ou ligações pelo orelhão, essa foi uma das decisões mais difíceis que fiz na minha vida, ficar tanto tempo longe das pessoas que eu mais amo.

Trabalhei muito, comprei meu carro, a vida começou a tomar um novo sentido, mas como nem tudo é para sempre perdi meu emprego e tive que buscar por novas oportunidades. Voltar para casa não era uma opção, o orgulho sempre falava mais alto. Havia a vergonha de retornar sem ter alcançado objetivos mais sólidos. As dificuldades começaram a me assombrar novamente, estava sem emprego, sem estabilidade financeira, enfrentava muita dificuldade para conseguir uma nova oportunidade de emprego. Até que surgiu uma vaga temporária na Syngenta, empresa global de agronegócio, focada em sementes, defensivos agrícolas (herbicidas, inseticidas, fungicidas) e tecnologia no campo. Fiquei lá durante os três meses de experiência e, então, recebi uma proposta de um dos meus coordenadores para seguir na empresa de forma efetiva. A empresa mantinha um programa que oferecia bolsas de estudo para funcionários que se destacavam e fossem indicados. Eu fui um dos selecionados.

No entanto, o passado veio me assombrar, não pude aproveitar a oportunidade porque ainda não havia concluído o ensino médio, um requisito obrigatório para obter a bolsa. Novamente desempregado, foi quando tomei a decisão de voltar para casa e concluir os estudos. Voltei para Conceição do Mato Dentro, para trabalhar mais uma vez na informalidade, como ajudante de obras. Me sentia feliz por estar em casa, perto da família, mas também sem perspectivas maiores de vida. Nunca é fácil voltar para casa, recomeçar, mas essa foi a opção que tive que encarar.

Foi nesse retorno para Conceição do Mato Dentro, que me inscrevi no programa

Educação de Jovens e Adultos (EJA) e concluí o ensino médio. Nesse mesmo ano surgiu uma nova oportunidade de estudar, fazer um curso técnico em Meio Ambiente em uma cidade vizinha, Serra do Cipó-MG. Juntei-me a um grupo de amigos e buscamos apoio da prefeitura municipal de Conceição do Mato Dentro, em busca de ajuda para o transporte. A distância entre Conceição do Mato Dentro e a região da Serra do Cipó é de aproximadamente 90 km a 95 km. O tempo de viagem de carro costuma ser em torno de 1h20 a 1h40, geralmente utilizando a rodovia MG-010 e, sem esse apoio, ficaria quase impossível realizar o curso. Não tivemos sucesso com o transporte mas decidimos ir por conta própria em um carro de um amigo onde dividimos o combustível todos os dias da semana para irmos ao curso que era presencial. Essa ida e vinda todos os dias não durou por muito tempo, alguns dos amigos começaram a desistir do curso devido a distância e dificuldade e acabou que o dono do carro também desistiu e mais uma vez ficamos no meio do caminho com a formação.

No ano de 2010 vendo que a oportunidade para estudar ficava cada vez mais distante resolvi encarar o desafio de trabalhar na mineração em um contrato de uma empresa terceirizada dentro do Projeto Anglo American Minas-Rio, que teve origem em 2008. Trabalhei nesse projeto até o meio do ano de 2011, quando resolvi mais uma vez me arriscar no mundo em busca por uma universidade, foi quando mudei para Belo Horizonte no final de 2011, e em 2012 comecei a estudar Engenharia Ambiental na UNI BH através do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Essa etapa da minha vida foi uma das mais complexas de todas, me mudar para Belo Horizonte somente com o acerto da empresa, sem lugar para morar, sem sequer um ponto fixo, fiquei hospedado na casa de parentes durante umas duas semanas em Lagoa Santa, cidade vizinha da capital, tentando conseguir um lugar para morar em Belo Horizonte. Foi quando consegui alugar uma kitnet, que no momento tinha apenas uma cama disponibilizada pelo dono do espaço, sem nada além, ali comecei minha nova vida.

Passei meses nessa condição, gastando o pouco que eu tinha, sem emprego, buscando por oportunidades todos os dias no SINE, almoçando todo esse tempo no restaurante popular que era o que cabia dentro do meu orçamento. Mas sempre com pensamento positivo que as coisas iriam melhorar e de fato aos poucos as coisas foram acontecendo. Consegui emprego, trabalhei em três empresas diferentes, comecei a me estabilizar por mais uma vez, estudei engenharia ambiental por quatro períodos. E, durante a crise econômica em 2014, veio a mais temida surpresa, o meu nome estava dentre os cortes da empresa em que trabalhava.

Mais uma vez o desemprego, a insegurança, a falta de oportunidade limitou o sonho de conseguir uma graduação ficando assim pelo meio do caminho. Até consegui um último emprego em Belo Horizonte em uma empresa de uma família que trabalha com ornamentação de eventos. Mas essa oportunidade não durou por muito tempo e tive que abandonar a universidade, e por mais uma vez voltar para Conceição do Mato Dentro.

Voltando para Conceição do Mato Dentro por mais vez coloquei na cabeça que conseguir concluir uma graduação não era para mim, voltei a estaca zero, me virava como dava, sempre buscando uma forma de ganhar dinheiro para ajudar nas despesas de casa, até passar em um processo seletivo, foi quando comecei a trabalhar como funcionário da prefeitura municipal de Conceição do Mato Dentro como Agente de Combate às Endemias (ACE). Me via frustrado por não ter conseguido realizar alguns sonhos na cidade de São Paulo, por não conseguir terminar o curso técnico em meio ambiente na Serra do Cipó, a graduação em Belo Horizonte, mas a vida precisava seguir.

Nessa mesma época meu irmão Wellington Sousa conseguiu ingressar na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no curso de Museologia, através da nota do Enem, por lá ficou por cinco anos até concluir a graduação. Wellington meu irmão estudando no Rio Grande do Sul insistia que eu voltasse a tentar o Enem e buscar mais uma vez a graduação. Eu não queria isso de forma alguma, minhas experiências passadas não tinham sido muito fáceis, eu me encontrava trabalhando, tranquilo na minha cidade, perto das pessoas que eu amo, eu estava certo que não iria mais tentar.

Em determinado momento senti-me cansado do que fazia e não enxergava possibilidades de crescimento dentro da prefeitura. Conhecendo a realidade da minha cidade, sabia que teria que buscar algo diferente. Foi então que comecei um curso Técnico em Enfermagem na cidade de Guanhães, que fica a 83,6 km de Conceição do Mato Dentro. O curso era presencial e acontecia aos sábados, o que significava ter que me deslocar até lá por dois anos para realizá-lo e concluí-lo. E assim foi feito, estudei, terminei o curso técnico com muita dificuldade.

Por fim, acabei ouvindo o conselho do meu irmão e fiz o ENEM mais uma vez, no ano de 2019. Finalmente, em 2021, o Edital Prograd nº 46/2021, referente à sétima chamada para matrículas da lista de espera do SiSU da UFOP, trouxe meu nome. Fui contemplado pela política de cotas L2, destinada a candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas que cursaram todo o ensino médio em escola pública e cuja renda familiar bruta

per capita é igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Assim, chegou a vez de fazer valer minha tão esperada vaga. Nunca foi fácil. Tudo sempre vinha com a dúvida: "Será que vai dar certo?" Foi somente na sétima chamada que tudo começou a fazer sentido.

Imagem 5 - Acesso na UFOP



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

A Política de Ação Afirmativa (PAA), segundo Adilson Pereira dos Santos (2015, p.11) no excerto *Os reflexos de Durban em Ouro Preto e sua repercussão na UFOP*, é “um reflexo da Conferência de Durban”. Essa, também denominada *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, foi realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, em Durban, na África do Sul, culminando na *Declaração e Plano de Ação de Durban* - considerado o principal documento orientador da ONU para erradicar o racismo global. Em que o *Movimento Negro*⁶ esteve significativamente envolvido na construção dessa conferência, realizando no Brasil um conjunto de mobilizações via pré-conferências que resultaram na construção de uma posição oficial do Estado brasileiro e estabelecimento de uma brasileira, Edna Roland, para a tarefa de relatoria geral. Por isso, Adilson argumenta que

a adoção de uma PAA na UFOP, com destinação de vagas nos seus cursos de graduação para candidatos egressos de escolas públicas, pode ser considerada como um dos reflexos mais evidentes em Ouro Preto das recomendações emanadas da Conferência de Durban, realizada em 2001 (Santos, 2015, p. 11).

Isso porque o instalação da política afirmativa de cotas raciais para ingresso no ensino

⁶ “Movimento Social Negro, expresso no singular, designa-se, conforme D’Adesck (2001), como o conjunto das organizações que historicamente atuam no combate ao racismo e em defesa da reparação dos prejuízos decorrentes da escravidão, por meio de políticas públicas de promoção da igualdade racial” (Santos, 2015, p. 11).

superior é resultado de reivindicações feitas por organizações do movimento negro em que, “no caso da UFOP, o assunto foi tratado pela primeira vez em 30/06/2003, quando a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) realizou o debate ‘Cotas para Negros e para Escola Pública na Universidade’” (Santos, 2015, p. 14), sendo um marco de reivindicação.

Ainda que seja tardia, uma vez que os primeiros debates sobre cotas raciais no ensino superior da UFOP remete ao início dos anos 2000, para muitos, inclusive no discurso de hoje em dia, elas ainda são vistas como um problema, e não como reparação da desigualdade que pessoas pretas, indígenas e quilombolas viveram historicamente. Apesar desse marco, os espaços acadêmicos na UFOP seguiram sendo excludentes e seletivos, mesmo com o Brasil tendo a maioria da população autodeclarada negra. Isso porque, segundo Adilson (2015), entre audiências públicas, debates, reuniões, conferências e seminários, a discussão perdurou por anos em tramitação na UFOP, com muitas pessoas se posicionando a favor das cotas e outras tantas contra. Culminando na aprovação, em 2007, de reserva de cotas para egressos de ensino médio cursado integralmente em escola pública, ou seja,

O debate ocorrido, sobretudo no segundo semestre de 2006, foi o que levou a Comissão Permanente de Processos Seletivos da UFOP (Copeps), em fevereiro de 2007, a aprovar "por unanimidade, proposta de criação de política de reserva de 50% das vagas em todos os cursos de graduação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública" (Santos, 2015, p. 22).

Esse ano de 2007 foi um marco importante, porque a proposta foi encaminhada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFOP, que tratou pela primeira vez em sua “263ª reunião ordinária no dia 27/02/2007, dando início oficial à votação que poderia tornar a política realidade na universidade” (Santos, 2015, p. 22). Trata-se, portanto, de um ano divisor de águas para as discussões sobre a implementação das políticas de ações afirmativas na UFOP, tendo em vista que diferentes atores da comunidade universitária foram contrários à implementação das cotas naquela época. “Na oportunidade, o Diretor da Escola de Minas se manifestou contrário à proposta. Depois, se manifestaram as entidades representativas dos técnico-administrativos (Assufop), dos docentes (Adufop), os docentes pediram mais tempo para discutir o assunto nas bases e dos estudantes (DCE), os discentes, também se manifestaram contrários” (Santos, 2015, p. 27). Com isso percebe-se que as pautas são extremamente delicadas e sempre foram assim desde o começo, quando se trata da aceitação de pessoas pretas, quilombolas e indígenas nos espaços acadêmicos.

Apenas em 2008, cerca de cinco anos desde o primeiro debate realizado, é que houve um avanço de verdade, mediante a ampla pressão política do movimento negro organizado,

tanto na comunidade universitária, quanto externa a essa. A política de ação afirmativa de cotas na UFOP foi instituída desde o segundo vestibular de 2008, conforme a Resolução do CEPE nº 3.270, de 13/02/2008 - que estabelecia a reserva de 30% das vagas em todos os cursos de graduação para candidatos que tivessem cursado integralmente todo o ensino médio em escola pública. Como observado, as cotas raciais não foram aprovadas, sendo um processo em que, como o próprio Adilson (Santos, 2015, p. 109) afirma, "Tais iniquidades talvez expliquem o equívoco de acreditar que uma PAA com foco apenas na escola pública seja capaz de promover uma verdadeira democratização do acesso à universidade". Ou seja,

A PAA para ingresso nos cursos de graduação foi aplicada pela primeira vez no segundo semestre letivo de 2008. Essa política destinava-se exclusivamente a egressos de escola pública, foi aplicada pela última vez no segundo semestre de 2012. Dado que a partir do primeiro semestre letivo de 2013, a UFOP passou a ser regida pela Lei nº 12.711 de 29/08/2012 que criou a obrigatoriedade das cotas sociais, com corte de renda e racial em todas as instituições federais de educação. (Santos, 2015, p. 37).

Ao observar o processo de instituição da política de cotas para estudantes de graduação na UFOP, percebo que há um longo caminho a ser percorrido para democratização e quebra de paradigmas contra o preconceito em uma sociedade que exclui mais do que faz se acolhedora. Uma vez que, organizações sociais considerados progressistas - como a organização de estudantes (DCE), servidores (ASSUFOP) e docentes (ADUFOP) - se posicionaram contrárias a instituição de cotas raciais, que passaram a vigorar na UFOP apenas sob a obrigatoriedade de uma legislação nacional. Como Adilson traz:

Com o advento da Lei nº 12.711/2012, a UFOP viu-se obrigada a se adequar ao novo ordenamento jurídico nacional. As cotas raciais, antes rejeitadas, foram impostas pela lei. Espera-se, com isso, que a presença de negros e de indígenas amplie-se ainda mais, pois a lei definiu que, nos 50% de vagas reservadas para escola pública, uma proporção de vagas para pretos, pardos e indígenas de cada região seja assegurada (Santos, 2015, p. 109).

Vale destacar que meu acesso, que se deu através das cotas para pessoas negras na UFOP, só foi possível por causa da aplicação da Lei nº 12.711/2012, que começou a valer no primeiro semestre de 2013. Nesse sentido, sinalizamos para a potencia do movimento negro em âmbito local e nacional, ao se estabelecer como protagonista da luta antirracista culminando na provação da PAA de cotas raciais, frente ao desafio da negação declarada de setores universitários subsidiados pela reprodução do racismo estrutural e institucional.

CAPÍTULO II - PARTICULARIDADES DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

O objetivo deste capítulo é *identificar algumas das particularidades das ações afirmativas que visam promover a permanência de estudantes quilombolas em cursos de graduação na UFOP*. Para isso, através de pesquisa bibliográfica e autoetnografia, abordamos alguns dos desafios e possibilidades para a permanência da população quilombola ao ensino superior.

2.1 PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA NO ENSINO SUPERIOR

Compreendo que, para ir além da garantia de acesso impulsionada pela Lei de Cotas, existem inúmeros desafios a serem superados, que perpassam pela constituição de ações afirmativas visando a promoção da *permanência* de estudantes quilombolas até a conclusão da graduação. Promover essa permanência é uma forma de reconhecer que essas comunidades foram sequestradas e escravizadas, sendo vítimas históricas da formação social brasileira capitalista juntamente com os povos indígenas, que devem ter seus direitos efetivados. Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (2023), em suas reflexões e trocas de saberes expresso no livro “*A terra dá, a terra quer*”, destaca a importância do conhecimento ancestral e da colaboração entre povos, ou seja:

Os quilombolas não construíram sozinhos os quilombos no Brasil. Para que fossem construídos, foi preciso trazer os saberes da África. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. (BISPO, 2023,p.14).

Lutar pela confluência de saberes é uma luta árdua no contexto da promoção da permanência no ensino superior, pois é permeado por uma gama de obstáculos. Existem debates que questionam até que ponto a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil é uma realidade consolidada ou uma ilusão. Fazer valer o discurso de que o acesso às universidades é igual para todos ainda é um longo caminho a ser percorrido, pois a luta por uma verdadeira democratização esbarra em persistentes desigualdades estruturais de acesso e, também de permanência. A democratização vai para além do acesso aos espaços educacionais, abarcando as condições que permitem ou não esse acesso, ou seja, as reais condições objetivas e subjetivas que cada sujeito e sua comunidade têm na manutenção simples da vida cotidiana. Um estudante que recebe desde sempre todas as condições e suporte familiar, tanto físico, emocional quanto financeiro, não está nas mesmas condições de um estudante que, além de estudar e se fazer presente na realidade acadêmica, precisa compor as texturas de povos e comunidades tradicionais para (sobre)viver.

Em seu artigo intitulado *Qual democratização do ensino superior?*, François Dubet (2015, p. 257) afirma que “o acesso ao ensino superior é condicionado pelo sucesso acadêmico dos alunos no ensino primário e secundário e todos os sociólogos sabem que esse sucesso depende do capital econômico das famílias”. Ou seja, o fato de quem tem mais ou menos oportunidades está interligado, na grande maioria das vezes, com a condição social de cada indivíduo e seu grupo social. O acesso e permanência no ensino superior, portanto, tem em suas bases estruturais a classificação e hierarquização capitalista de gênero, raça e classe social. Ou seja, acessar e permanecer na universidade pública federal está diretamente relacionado à desigualdade sociais, conforme afirma o autor:

No topo da hierarquia, as formações mais seletivas têm uma espécie de monopólio sobre o acesso às profissões e às diversas elites que, muitas vezes, saem das mesmas escolas e das mesmas universidades. À custa de uma forte seleção e de sólidas redes, essas formações mantêm uma utilidade muito grande dos diplomas relacionados a “rendas” acadêmicas (Dubet, 2015, p.259).

A democratização do acesso ao ensino superior pode ser entendido como o incentivo à convivência entre os diversos grupos de raça, gênero e classe que compartilham dos espaços acadêmicos. No entanto, o que se observa é uma realidade distinta, mediante um cotidiano universitário que, majoritariamente, segmenta mais do que integra. Em que estudantes enfrentam desafios relacionados a um contexto de ensino e convivência universitária majoritariamente desalinhados com as ideias e realidades de povos quilombolas. Estes, enquanto comunidades tradicionais, originárias de regiões onde os saberes são transmitidos através da oralidade, enfrentam barreiras como o racismo institucional e epistemológico que precisam ser combatidos, a fim de que, consequentemente, se reduza a evasão.

Vale destacar que o racismo institucional é igualmente violento quando comparado ao racismo praticado de indivíduo para indivíduo, pois está interligado às bases estruturais que erguem e organizam a sociedade e, portanto, compõem as instituições. No entanto, o racismo institucional muitas vezes passa despercebido, por não ser possível delimitar onde começa, onde termina ou quais são as suas origens; ou seja, é confundido com a própria necessidade formal das organizações. Segundo Márcia Campos Eurico, em seu artigo, *A percepção do assistente social acerca do racismo institucional*, o racismo institucional

refere-se às operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras (Cashmore et al., 2000). O anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente. Ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições (Eurico, 2013, p. 299).

Além do racismo institucional como elemento que obstaculiza a permanência de estudantes quilombolas, há o racismo epistemológico, conforme aponta Sheila Dias (2023), no artigo *Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social*. Em particular a autora evidencia o *epistemicídio*, enquanto uma categoria analítica elaborada pelo intelectual português Boaventura de Sousa Santos e aprofundado pela intelectual brasileira Sueli Carneiro. Esta categoria é reveladora do processo violento histórico que traduz a anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, enquanto um fato que persiste em produzir a privação cultural através da negação ao acesso à educação laica, gratuita e de qualidade. Ou seja, epistemicídio é

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia (Carneiro, 2005, p. 99 *apud* Dias, 2023, p.107).

Carneiro (2005 *apud* Dias, 2023) alerta que não se pode desqualificar as maneiras com que um povo produz conhecimento sem que também ocorra a dominação desses povos, tanto pelo conhecimento coletivo e individual, ou ainda, quando lhes retiram a condição de sujeitos que possuem consciência, tanto de si quanto da sua consciência coletiva. Assim, o epistemicídio se alinha com a negação e a desvalorização do conhecimento produzido por determinados grupos sociais, de modo a limitar sua participação na construção e circulação do saber. Trata-se, portanto, de medir o conhecimento de um indivíduo ou grupo para definir sua posição social ou intelectual, implicando na exclusão do acesso e/ou permanência em espaços educacionais. No entanto, foi exatamente isso que ocorreu com os ex-escravizados após a abolição da escravatura, que, apesar de legalmente livres, foram privados de acesso pleno à educação formal e à produção cultural reconhecida, reforçando desigualdades estruturais e a manutenção de uma hierarquia social baseada na raça. Deste modo analisando o pensamento da autora, temos que

A educação é um dos elementos estratégicos e dentro daquilo que chamamos de racialidade. Por isso, produzir conhecimento e fazer com que esse conhecimento seja aprendido torna-se imprescindível no processo de dedução dos padrões de hierarquias sociais. A negação da humanidade é, desse modo, uma das tentativas mais cruéis de interdição e rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima e ainda da fragilização das identidades (Dias, 2023, p. 107).

O epistemicídio, portanto, não é uma consequência e sim uma estratégia de dominação através da desqualificação e apagamento das formas de ser-pensar. A criação de políticas

afirmativas que assegurem o acesso e a permanência no ensino superior de estudantes oriundos de populações tradicionais racializadas, como quilombolas, trata-se de uma necessidade incontornável para o enfrentamento à violação de direitos sociais. No Brasil, tem-se que as universidades foram majoritariamente acessadas por estudantes brancos de classes média alta. O que mudou após a instituição da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), que conseguiu alargar o acesso para populações que foram historicamente minoritárias em universidades públicas federais. Entretanto, apesar dessa conquista, a reconfiguração da ocupação dos espaços acadêmicos precisa ser mais efetiva em sua totalidade, não apenas em aumentar a circulação de corpos diversos, mas também de suas formas específicas de construir conhecimento e ocupar os ambientes.

Segundo Feres Júnior (2004, p. 3006), “Se levado em consideração o fato de que a educação formal é um instrumento chave para a mobilidade social, nota-se que o atual modelo liberal puro de universidade contribui para reproduzir, senão produzir, as desigualdades brutais que caracterizam nossa sociedade”. Segundo o autor, portanto, a universidade deve ocupar um papel direto na diminuição das desigualdades sociais,

Em outras palavras, se reconhecemos que o papel da universidade é contribuir para o bem comum e, ao mesmo tempo, aceitarmos que a desigualdade social é a maior mazela da sociedade brasileira, temos que concluir que a universidade deve necessariamente e ativamente trabalhar para a diminuição dessa desigualdade e não funcionar como um sistema de premiação individual daqueles que já ocupam posição de *status* elevado em nossa sociedade (Feres Júnior, 2004.p 3006).

As universidades precisam se adequar às condições e linguagens que diminuam as desigualdades existentes. Ou seja, o apagamento da cultura e da linguagem dos estudantes oriundos de comunidades quilombolas desmobiliza seus modos de ser e viver baseados em saberes ancestrais, e consequentemente, reduzem suas capacidades de resiliência no ambiente universitário. Um panorama que se reflete no quadro de professores, constituído por maioria de pessoas brancas, não sendo um exemplo de representatividade a esses estudantes.

Retratar o quantitativo de pessoas não brancas que constituem o quadro de professores universitários é uma dificuldade imensa, e em relação a apresentar dados quantitativos da população quilombola no ensino superior é ainda mais complexo, devido aos inúmeros atrasos relacionados à proteção dos interesses desses grupos específicos. Somente em 2022, “pela primeira vez, a população quilombola foi identificada, enquanto grupo étnico, num censo de população” (IBGE, 2022, s./p.).

No caso de professores negros, pode-se apontar que essa injeção foi impulsionada pela Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014, que estabeleceu a reserva de 20% das vagas de concursos públicos federais para pessoas negras (pretas e pardas). Essa que foi substituída pela Lei nº 15.142, de 03 de junho de 2025, passando a estabelecer a reserva de 30% das vagas de concursos públicos federais para pessoas negras, indígenas e quilombolas. Portanto, somente em 2025 passa a ser previsto cotas em concurso público para docentes oriundo de populações tradicionais, como os quilombolas.

Isso evidencia a conquista de um avanço importante, mas que chega tarde, diante todo o tempo em que a população branca foi privilegiada em ocupar enquanto docente a universidade pública federal brasileira. Tendo visto que a abolição da escravidão, ocorrida em 1888, não se consolidou logo em seguida em nenhuma política de inclusão social ou econômica para a população negra no Brasil. As primeiras políticas afirmativas significativas no ensino superior, as cotas raciais nas universidades, só começaram a ganhar força nos anos 2000. Ou seja, somente dois séculos depois, exatos 137 anos da abolição, é que se alcançou um avanço significativo no reconhecimento dos direitos da população quilombola.

Essa ausência de representatividade racial dentre o corpo docente universitário se reflete na desconexão do conhecimento acadêmico com o conhecimento oriundo de povos tradicionais, expressando os obstáculos de se construir ações afirmativas para a população quilombola, considerando as múltiplas expressões da “questão social” vivenciadas cotidianamente por esses estudantes. De acordo com a matéria publicada no jornal O POVO Mais (2024), "as universidades não estão preparadas para garantir o acesso e a permanência de estudantes quilombolas no ensino superior, evidenciando a necessidade de políticas afirmativas mais eficazes". Os dados apontam para necessidade de mais políticas de ações afirmativas no ensino superior que atendam não só a promoção do acesso, mas também da permanência estudantil, alinhadas a valorização das formas de ser e viver das comunidades indígenas e quilombolas, que tem sido alvo de apagamento ao longo dos ciclos históricos de exclusão e desigualdade no Brasil.

Dentro das particularidades das ações afirmativas direcionadas a alunos quilombolas no âmbito da graduação na educação superior, fazendo menção às palavras de Nego Bispo, é necessário que exista uma linguagem acadêmica que converse diretamente com as especificidades das populações quilombolas e indígenas. O que significa afirmar que existam tanto no quadro de profissionais docentes, quanto na grade curricular, além de bibliografias

que evidenciam e dialoguem com os modos de preservar os saberes ancestrais dessas comunidades e promover o enfrentamento ao epistemicídio.

No excerto *Letras e Vozes dos Lugares* de Casé Tupinambá (2022), “Já somos outros mundos possíveis, mas precisamos desarraigar o humano e o capital do centro do universo”, Casé destaca a importância de unir forças para assegurar a permanência dessas populações tradicionais em espaços que são seus por direito, mas que frequentemente são atravessados pelo sistema capitalista. A partir disso, podemos refletir que estudantes quilombolas são minorias dentro das universidades federais e, por isso, requerem ações de assistência estudantil específicas, dentre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída em 03 de julho de 2024, prevendo que

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.

§ 1º A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2010).

Dentro dessa previsão, a Lei n. 14.914, de 3 de julho de 2024, no capítulo III, trata do *Programa de Bolsa Permanência* direcionado a estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais,

Art. 8º O Programa de Bolsa Permanência (PBP) na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal destina-se à concessão de bolsa permanência a estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação das instituições federais de ensino superior e em cursos presenciais de graduação e cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Além dessa política de assistência voltada à população universitária estudantil em geral, na renovação decenal do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme o PL 2614/2024⁷, passa a ser previsto em seu *objetivo 13, sobre acesso, permanência e conclusão na graduação*, nas estratégias 13.7 e 13.10, que pretende, respectivamente:

⁷ Antes disso, o MEC, através da Portaria nº 470/2024, estabeleceu a *Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola*, cujo objetivo é “implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola” (MEC, 2024), sendo direcionada a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, porém não trata do ensino superior.

Garantir recursos para o fortalecimento e a ampliação de políticas afirmativas e de assistência estudantil, e processos seletivos e infraestrutura adequados aos diferentes públicos, de forma a promover, efetivamente, o acesso, a participação, a permanência e a conclusão da graduação a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e com deficiência; Incentivar políticas de formação e orientação aos profissionais da educação superior para o reconhecimento, o respeito e o tratamento das diversidades e das identidades dos sujeitos, com objetivo de promover uma educação superior inclusiva (CPERS, 2024).

Quando se refere a bolsa permanência para quilombolas e indígenas, é preciso destacar O Programa de Bolsa Permanência (PBP), instituído pela Portaria MEC nº 389/2013 e consolidado pela Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), que concede auxílio financeiro a graduandos/as em vulnerabilidade socioeconômica, visando reduzir desigualdades sociais e étnico-raciais e promover sua permanência e diplomação em cursos presenciais de Instituições Federais de Ensino Superior. Desde 2016, atende prioritariamente indígenas e quilombolas, com valor mensal atual de R\$1.400,00. Entre os requisitos, exige-se carga horária igual ou superior a cinco horas diárias e não ter concluído graduação anterior. Operacionalizado pelo MEC e FNDE, o programa consolida-se como ação afirmativa essencial para um ambiente acadêmico mais diverso e inclusivo.

São muitos os desafios para acesso e permanência de estudantes quilombolas. Dentre esses, destaca-se a pouca difusão a essa população sobre a existência das ações afirmativas, como cotas e bolsas, bem como a persistência do preconceito e discriminação racial, culminando na falta de acolhimento e promoção do isolamento, que dificultam a sociabilidade desses estudantes no ambiente acadêmico. O fato é que ainda se faz necessário avançar no enfrentamento desses desafios, desde a divulgação de vagas e ações de assistência, quando a reformulação curricular e promoção da convivência, a fim de contribuir para o acesso e permanência de estudantes quilombolas.

2.2 TRAJETÓRIA DE PERMANÊNCIA DE UM QUILOMBOLA NA UFOP

O ano de 2020 foi um dos mais complicados e difíceis da minha vida. Eu ainda era funcionário da prefeitura municipal de Conceição do Mato Dentro quando, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, devido à ampla distribuição geográfica da doença. Naquele ano, me coloquei à disposição da prefeitura e fui direcionado para a linha de frente no combate ao então desconhecido vírus. Fui designado para trabalhar em um laboratório de coleta de exames, onde minhas funções incluíam acompanhar um profissional nos testes e nas coletas residenciais, além de realizar a

desinfecção direta de todos os pontos de contato.

Vivia com medo, mas também sentia que precisava estar ali para, de alguma forma, ajudar aquelas pessoas. Nunca foi fácil entrar na ala de intubação em um dia para fazer a desinfecção e, no dia seguinte, ver que a pessoa conhecida entubada havia falecido. Dormia pensando, todos os dias: Será que vou pegar o vírus? Será que vou levá-lo para casa? Minha mãe idosa, meus irmãos, todos isolados em casa, e eu, na linha de frente. A insegurança, o medo, o compromisso profissional. A vida me mostrando e provando, mais uma vez, a fragilidade de cada pessoa. O filme passa na cabeça e a vontade de seguir tentando, sem desistir. Com o tempo, as pessoas começaram a ser vacinadas. Eu não peguei COVID-19. Nenhuma pessoa da minha família pegou. Sobrevivemos. E, então, começava um novo capítulo: a UFOP entrou na minha vida. Minha vida estava nas mãos do destino, se é que ele existe.

Comecei a graduação no modo remoto. No primeiro período, consegui conciliar a faculdade com o trabalho porque ainda estava em Conceição do Mato Dentro. Porém, sabia que, quando as aulas presenciais comessem, teria que largar o serviço e me mudar para a cidade de Mariana. E foi o que aconteceu. Mudei para Mariana no ano de 2022, com uma mochila nas costas e sem conhecer ninguém na cidade. Tinha direito apenas à moradia universitária, uma bolsa de permanência de R\$200,00 (duzentos) reais e uma bolsa alimentação de R\$100,00 (cem) reais.

Meu acesso a esses benefícios da assistência estudantil foi possível devido à estruturação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na UFOP através da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE). Segundo notícias do portal da UFOP, o PNAES, instituído em 2010, visa ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior federal, atendendo prioritariamente estudantes de baixa renda (UFOP, 2019).

Somente em 2019 que a assistência estudantil passou a ser aplicada na UFOP de forma institucionalizada e com ampla participação da comunidade acadêmica. Na ocasião, a Universidade instituiu o Comitê Permanente de Assistência Estudantil (Copae) durante a realização do I Fórum de Assistência Estudantil. Conforme notícia, o novo comitê ficou responsável por manter um espaço contínuo de diálogo, propor programas e projetos, acolher sugestões dos alunos e fiscalizar a execução das ações na área. A criação do Copae teve como ponto de partida uma pesquisa de mestrado que apontou a necessidade de aprimorar a política

existente e garantir uma participação mais efetiva dos estudantes (UFOP, 2019).

Conforme informações do portal da UFOP, hoje a assistência estudantil na instituição é organizada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), que também é responsável por executar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e administrar auxílios como a Bolsa Permanência, a Bolsa Alimentação e o Auxílio Moradia, entre outros. A PRACE está presente nos campi de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, sendo que nesta última unidade o atendimento aos estudantes é realizado pelo Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis (NACE).

A UFOP tem dado passos importantes para melhorar a permanência dos estudantes, como a criação da Coordenadoria de Moradias Estudantis (CME) em março de 2026, que busca uma melhor organização das moradias (UFOP, 2026). Na prática, no entanto, a vida dos alunos residentes ainda é cheia de dificuldades. Os papéis podem mostrar avanços, mas o dia a dia dentro das moradias revela uma realidade bem diferente do que é divulgado.

Mudar de cidade é começar sempre do zero. E eu, depois de muitos anos fora da sala de aula, encarava um novo desafio a cada dia. A linguagem da academia não era simples, mas os resultados precisam aparecer. Os professores explicavam a matéria, mas eu não entendia praticamente nada do que diziam. A vergonha de talvez ser a única pessoa da sala que não compreendia o conteúdo era constante. Somavam-se a isso múltiplas dificuldades para realizar os trabalhos, a sensação de rejeição e o pensamento angustiante de que aquele lugar não estava preparado para me receber, ou de que eu não estava preparado para estar ali, ao lado dos demais alunos.

A cada aula, a cada experiência, tudo parecia ficar mais difícil. A falta da família, a dificuldade material, a insegurança, o isolamento, a cabeça a mil por hora. Mas, no meio de tudo isso, um pensamento persistia: *esta é uma oportunidade única, eu não quero desistir outra vez*. Eu vou até o final do curso. E tenho muitos motivos para realizar esse sonho.

E assim foi acontecendo. Fui pegando o jeito e fazendo acontecer da forma que acreditava ser a mais correta dentro das minhas possibilidades. Mas também comecei a notar que outras pessoas na sala tinham limitações parecidas com as minhas e, naturalmente, éramos excluídos dos grupos que se formavam durante as atividades. Ninguém nos escolheu primeiro para um simples trabalho em sala. Os grupos se formavam, e nós, os que restavam, tínhamos que pedir, quase implorar, para nos encaixarmos em algum grupo que, por ventura,

estivesse com falta de alguém, ou naquele formado por estudantes que nem compareceram no dia da divisão. Isso pode parecer algo normal, mas para quem está do lado de fora, como foi o meu caso em muitas ocasiões durante a graduação, bate uma sensação terrível de exclusão. Notei também que nós, os excluídos, de forma natural, fomos nos aproximando. Criamos um elo muito forte de amizade e de troca de experiências. Hoje, somos grandes amigos. Nos apoiamos uns nos outros e apresentamos trabalhos incríveis juntos, dignos de elogios. A verdadeira troca acontecia no olhar sincero, nas boas risadas e, sobretudo, nos resultados que conquistamos. Teve muita luta.

Aos poucos, minha bolsa que era de R\$200,00 melhorou um pouco e foi para R\$500,00. Mesmo assim, fiquei muito tempo sem ver minha família, porque nunca sobrava dinheiro para a passagem de volta para casa. Os auxílios mal davam para virar o mês. No começo de 2024 foi quando aconteceu uma importante virada de chave em minha vida acadêmica, ano que consegui ter acesso a moradia estudantil e o acesso a bolsa permanência do MEC direcionada a atender estudantes quilombolas e indígenas.

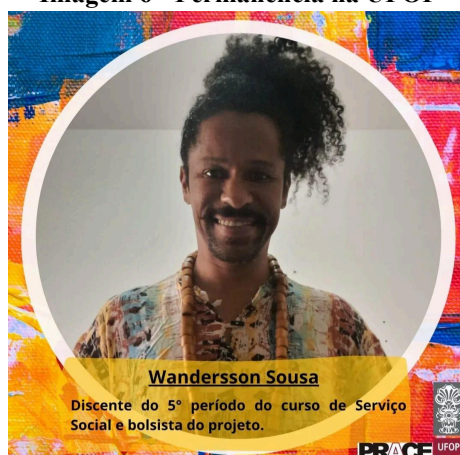
Tenho total gratidão a meu irmão Wellington Oliveira - que passou inúmeras dificuldades dentro da graduação até se formar como museólogo na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - por ter aberto os caminhos para acesso a bolsa permanência quilombola ao revisitar nossa história ancestral. Meu irmão realizou um levantamento histórico gigantesco para conseguir de alguma forma ter acesso a bolsa permanência quilombola, foi quando ele começou a fazer a árvore genealógica da família dos meus avós paternos com descendência quilombola. Ele foi a campo, revistou o passado e chegamos ao quilombo de Três Barras, Buraco e Cubas, onde minha Bisavó, e meu Bisavô foram pioneiros na construção de resistência desse quilombo. A história escrita não mostrava relatos sobre os primeiros ocupantes desses quilombos, mas a pesquisa de campo, batendo de porta a porta, perguntando as pessoas mais velhas do lugar, nos mostrou que para que os quilombos fossem erguidos também contou com a luta dos meus antepassados. A trajetória acadêmica do meu irmão, portanto, comunga diretamente com a minha trajetória. Retornando ao território de nossos ancestrais, Wellington alcançou seu reconhecimento como pessoa quilombola. Ainda que isso tenha demandado um grande esforço e um período significativo para se concretizar, foi a partir dessa iniciativa que se tornou possível compreender o processo de construção da nossa própria identidade, bem como a localização e o significado das nossas raízes ancestrais familiares.

Minha avó paterna, nascida em 1938 em Três Barras, viveu nesse quilombo até os 16 anos, quando se mudou para a sede de Conceição do Mato Dentro. O quilombo de Três Barras, Buraco e Cubas só foi reconhecido e certificado pela Fundação Palmares em 2021, bem recentemente. Para quem é quilombola, essa certificação é essencial, porque sem ela a pessoa não consegue acessar as cotas, bem como demais programas direcionados a população quilombola. Na prática, ela é o documento que comprova ao governo a existência de um quilombo, bem como o que garante que uma comunidade tenha seu reconhecimento enquanto quilombola. Na minha visão, esse reconhecimento tão tardio mostra o enorme atraso que essas comunidades enfrentam para ter acesso a políticas públicas como as cotas universitárias.

Eu e meu irmão e pouquíssimos alunos quilombolas de Conceição do Mato Dentro tivemos acesso a universidade pública, pois ainda se faz necessário que mais e mais quilombolas possam acessar essas informações. Pois essas informações foram o que tornou possível meu acesso, a partir das cotas para pessoa negra e, posteriormente, minha permanência a partir da bolsa permanência para estudantes quilombolas - sem a qual eu dificilmente conseguiria ter concluído o curso de graduação em Serviço Social. Não estou na graduação apenas para obter um título, mas para retribuir, de alguma forma, à comunidade que faz parte da minha construção de vida, graças a pessoas que vieram antes de mim, abrindo caminhos para que eu pudesse passar. Por isso, sou extremamente grato ao meu irmão pela busca incansável de nossos direitos e por me fazer enxergar que a luta é constante e libertadora.

Conseguir a Bolsa Permanência para estudantes quilombolas na UFOP foi algo essencial na minha trajetória acadêmica. De acordo com o Edital nº 007/2026, esse auxílio faz parte do Programa de Bolsa Permanência do MEC e é executado na universidade pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) (UFOP, 2026). O edital especifica que a bolsa, no valor de R\$1.400,00 mensais, é voltada para alunos indígenas e quilombolas regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação. Pra ser sincero, sem esse recurso financeiro, chegar ao final da graduação teria sido bem mais difícil. Tive acesso e isso fez toda a diferença para que eu pudesse concluir o curso. Ainda segundo o edital, as inscrições são feitas em fluxo contínuo pelo site do SISBP, e a seleção ocorre mensalmente pela PRACE, que também é responsável pelo acompanhamento acadêmico dos bolsistas (UFOP, 2026).

Imagem 6 - Permanência na UFOP



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

Ao longo da graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), aos poucos fui me envolvendo mais com a universidade e com atividades acadêmicas, especialmente por meio da extensão universitária e da monitoria. Destaco minha participação em ações relacionadas aos desafios da Covid 19 e Covid Longa, atuação como monitor da disciplina *Classes e Movimentos Sociais* e a inserção no projeto *Discografia Veias Abertas Latino-Americanas: Canções de Resistência*, sob orientação da professora Kathiúça Bertollo.

Imagem 7 - Forró de Ouro



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

No âmbito da extensão, participei como voluntário no projeto *Forró de Ouro*, entre junho e novembro de 2023. Não menos importante, a pedido do meu mestre de capoeira Aluisio Augusto, criei o projeto *Capoeira para Todos*, que está vinculado ao *Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência* (PIDIC), onde também sou bolsista. O projeto visa

promover a cultura afro-brasileira na comunidade marianense através da oferta de aulas de capoeira no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), no campus Mariana. Buscamos levar a prática da capoeira para dentro da universidade pública, promovendo o acesso à história afro-brasileira e o bem-estar físico e mental para todos que a frequentam, inclusive à comunidade. O projeto, que é uma realidade dentro da universidade, tem o objetivo de elevar os pilares da diversidade e da convivência, por isso, sinto muito orgulho em fazer parte da transformação em que quanto mais diversificado for o público que frequenta as aulas de capoeira, maior será o ganho dos praticantes, da comunidade e da universidade.

Imagem 8 - Capoeira para Todos



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

No ano de 2025 realizamos o maior evento de capoeira de Minas Gerais, o *Mariana tem Cultura Relíquias e Tradições*, evento criado pelo Mestre Alusio que nos acompanha dentro do projeto *Capoeira para Todos* - através do qual conseguimos levar o evento para dentro dos espaços acadêmicos. Hoje, o evento se tornou o maior encontro de capoeira de Minas Gerais, reunindo grupos de capoeira de Mariana, municípios mineiros adjacentes, e de outros estados do Brasil, como Bahia e Rio de Janeiro.

No ano de 2025, outro feito inimaginável, mas agora real, foi a aprovação de três projetos nas leis de incentivo à cultura: Lei Paulo Gustavo e Política Nacional Aldir Blanc. Conquistas minhas e de meu irmão que - considerando de onde viemos e com as condições que tínhamos - demonstra o potencial da educação em transformar as vidas de estudantes que serão multiplicadores para transformar a vida de outras pessoas. Não precisamos de esmola como citei na música de Bia Ferreira e Doralyce, precisamos de oportunidades.

Hoje entendo que a história está sendo contada por mim mesmo, sem deixar pra trás ou esquecimento a importância das pessoas que me ajudaram e me deram suporte para que eu chegasse até aqui. Pois meus resultados são a soma de lutas tanto individuais quanto coletivas. A educação vem transformando minha vida, a vida da minha família e nossa forma

de pensar e nos relacionar em sociedade. A cada etapa de superação percebo que ainda tenho muito a aprender e ainda mais a contribuir. É preciso superar fases e continuar buscando. Termino aqui um ciclo, mas tenho certeza de que coisas boas ainda estão por vir, sejam desafiadoras ou mais leves, o certo é que vencemos mais uma etapa juntos.

Como minha irmã Bruna Oliveira, advogada, que não lutou pouco também para chegar a esse posto tão importante para ela quanto para todos nós que admiramos a mulher, mãe solo, guerreira, mulher preta, excelente profissional, admirável e que nos enche de orgulho, sempre diz nos momentos de dificuldade: “Ninguém vai soltar a mão de ninguém”. E é isso que estamos fazendo, um sempre apoiando o outro, ajudando a superar as dificuldades sem desistir e enfrentando juntos as barreiras impostas à nossa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como tema *os desafios de acesso e permanência de estudantes quilombolas nas universidades federais brasileiras*, dentre o qual se define o problema central investigado de *como se dá o acesso e a permanência de estudantes quilombolas nos cursos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)*? O objeto de estudo, portanto, corresponde ao *acesso e permanência desses estudantes na UFOP*, a fim de alcançar o objetivo geral de *analisar o acesso e a permanência de estudantes quilombolas nos cursos de graduação na UFOP*. Os dois objetivos específicos estabelecidos correspondem aos dois capítulos que compõem esse trabalho, fazendo uso da metodologia de natureza exploratória, utilizando pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos e documentos legais) e autoetnografia, com análise da trajetória acadêmica do pesquisador enquanto homem quilombola. Desse percurso, depreende-se os resultados, que apontam para particularidades do acesso de quilombolas ao ensino superior na UFOP tangenciadas por possibilidades e desafios.

No primeiro capítulo buscou-se *identificar particularidades das ações afirmativas voltadas ao acesso de estudantes quilombolas aos cursos de graduação na UFOP*. O capítulo aborda as particularidades das ações afirmativas para o acesso de estudantes quilombolas ao ensino superior, com ênfase na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Inicialmente, contextualiza-se que o acesso às universidades públicas federais por essa população representa uma conquista histórica diante da opressão vivenciada no capitalismo brasileiro, impulsionada pela Lei nº 12.711/2012 e atualizada pela Lei nº 14.723/2023, que institui a reserva de 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, incluindo autodeclarados quilombolas.

A pesquisa demonstra, por meio de dados do IBGE (2022), que a população quilombola brasileira é de 1,32 milhão de pessoas, com taxa de analfabetismo (18,99%) quase três vezes maior que a média nacional (7,0%). Esse cenário evidencia a desigualdade no acesso à educação básica de qualidade, agravada pelo fechamento de escolas quilombolas (327 entre 2021-2024) e pelo racismo estrutural que perpetua o epistemicídio, conceito trabalhado por Sueli Carneiro (2005), que desqualifica os conhecimentos e a capacidade cognitiva desses povos.

A minha trajetória pessoal é evidenciada como um processo que exemplifica os desafios enfrentados: origem humilde, pais com baixa escolaridade, trabalho infantil,

múltiplas tentativas frustradas de concluir os estudos, migrações em busca de trabalho e superação de obstáculos financeiros e geográficos para acessar a educação. Abordando o acesso a partir de meu ingresso na UFOP em 2021, viabilizado pela política de cotas raciais, após anos de percurso marcado por interrupções e recomeços.

Historicamente, vimos que a implementação das cotas na UFOP foi um processo complexo, iniciado em 2003 com debates e enfrentando resistência de diversos setores acadêmicos, inclusive aqueles considerados progressistas (DCE, ASSUFOP e ADUFOP). A política só foi normatizada em 2008 (Resolução Cepe nº 3.270), com 30% das vagas para egressos de escolas públicas, sendo ampliada em 2013 com a obrigatoriedade da Lei nº 12.711/2012, que incluiu as cotas raciais anteriormente rejeitadas em votação no CEPE.

Dentre as possibilidades identificadas para a democratização do acesso ao ensino superior, as cotas representam um instrumento efetivo de enfrentamento ao racismo estrutural e institucional, permitindo que estudantes quilombolas ingressem em universidades federais. O fato é que, com o reconhecimento legal e institucional, tem-se a inclusão de quilombolas como grupo específico na Nova Lei de Cotas (2023) e a criação do Programa Federal de Ações Afirmativas (Decreto nº 11.785/2023), que ampliam o arcabouço legal de proteção. Possibilitando vias de valorização da ancestralidade e identidade, em que o *ser quilombola* é afirmado como resistência, preservação cultural e pertencimento, aspectos que podem enriquecer o ambiente acadêmico. Um exemplo disso é a minha trajetória, demonstrando que, apesar das adversidades, é possível acessar o ensino superior por meio das políticas afirmativas e que colaboramos para a construção de uma convivência intercultural.

Entre os desafios para o acesso identificados, nota-se que a educação básica é precária, o analfabetismo elevado e o fechamento de escolas quilombolas comprometem a formação necessária para ingresso no ensino superior. O racismo estrutural e epistemicídio, desqualifica os saberes tradicionais e a negação histórica do acesso ao conhecimento dificulta a trajetória educacional dos quilombolas. Outro desafio é romper com as barreiras socioeconômicas e a falta de recursos financeiros, transporte e rede de apoio que impossibilita a continuidade dos estudos, como evidenciado ao longo da minha trajetória. Outra questão é o racismo institucional ao longo processo de implementação das cotas na UFOP (2003-2008), que revelou oposição de setores acadêmicos, demonstrando que a inclusão ainda enfrenta barreiras racistas.

O acesso não garante a conclusão do curso, sendo necessário desenvolver políticas de assistência estudantil que considerem as especificidades dos estudantes quilombolas. Notasse que mulheres quilombolas enfrentam tripla marginalização (gênero, raça e classe), exigindo políticas específicas e interseccionais. Por fim, a falta de dados específicos, a inclusão recente dos quilombolas nas estatísticas oficiais, apenas a partir de 2022, limita o conhecimento sobre sua real situação no ensino superior.

No segundo capítulo, então, visou-se *identificar particularidades das ações afirmativas voltadas à permanência de estudantes quilombolas na mesma instituição*. Buscou-se identificar as particularidades das ações afirmativas para a permanência de estudantes quilombolas na graduação, utilizando a pesquisa bibliográfica e a autoetnografia como ferramentas. Ficou evidente que, para além do acesso garantido pela Lei de Cotas, o caminho até a conclusão do curso é repleto de desafios que exigem políticas específicas. A promoção da permanência não é apenas uma questão de justiça social, mas um reconhecimento da dívida histórica com comunidades que foram sequestradas e escravizadas.

No primeiro tópico, vimos que a verdadeira democratização do ensino superior vai muito além da entrada na universidade; ela esbarra em desigualdades estruturais que determinam as condições de vida de cada estudante. A realidade estudantil de quem sempre teve suporte financeiro e emocional é completamente diferente de um quilombola que precisa conciliar os estudos com a luta pela sobrevivência sua e de sua comunidade. Essa desigualdade é alimentada por mecanismos como o racismo institucional e o epistemicídio, que desqualificam e visam apagar os saberes e modos de ser e viver desses povos, criando um ambiente acadêmico que muitas vezes segrega em vez de integrar. Apesar de avanços como o Programa de Bolsa Permanência (PBP) do MEC e a recente previsão de cotas para discentes, a ausência de representatividade no corpo docente e a desconexão com o conhecimento ancestral ainda são obstáculos gritantes.

No segundo tópico, essa análise teórica ganhou vida com o relato da minha própria trajetória na UFOP, onde a vulnerabilidade material se encontrou com a exclusão social. A mudança para Mariana, o isolamento, a dificuldade em compreender a linguagem acadêmica e a sensação de não pertencimento foram desafios diários, amenizados pela bolsa permanência que, inicialmente insuficiente, só se tornou digna após o reconhecimento da minha identidade quilombola. Esse reconhecimento, possibilitado pela pesquisa genealógica do meu irmão e pela certificação tardia da Fundação Palmares, foi o que me deu acesso ao auxílio que fez toda

a diferença. A experiência mostrou que, para além dos recursos financeiros, a permanência se fortalece nos laços de solidariedade entre os próprios estudantes excluídos e na ocupação dos espaços acadêmicos com projetos de extensão como o "Capoeira para Todos", que levam a cultura afro-brasileira para dentro da universidade.

Entre as possibilidades, destacam-se a Política Nacional de Assistência Estudantil, com acesso a moradia, alimentação e, em específico, o Programa de Bolsa Permanência (PBP) para indígenas e quilombolas, no valor atual de R\$1.400,00. Bem como o reconhecimento e afirmação da identidade quilombola, diante o processo de autodeclaração e certificação quilombola, embora burocrático e tardio, que abre portas para o acesso a políticas públicas específicas, fortalecendo o pertencimento e defesa da comunidade tradicional de origem. Evidenciou-se, também, a ocupação e resistência por via de iniciativas como o projeto "Capoeira para Todos" e outras atividades de extensão e pesquisa, enquanto ferramentas poderosas para combater o epistemicídio, promover a diversidade e construir um ambiente acadêmico mais acolhedor e plural, onde o conhecimento ancestral é valorizado.

Quanto aos desafios, são muitos e profundos, dentre eles a desigualdade estrutural e material, a insuficiência dos auxílios iniciais, a falta de moradia digna e o custo de vida nas cidades universitárias colocam os estudantes quilombolas em situação de extrema vulnerabilidade, dificultando a simples sobrevivência. O racismo institucional e epistemicídio, mostra que a universidade ainda é um espaço que desvaloriza os saberes tradicionais e reproduz práticas discriminatórias, seja na linguagem acadêmica, na falta de representatividade docente ou na exclusão social nos grupos de estudo. A distância da família, a dificuldade de sociabilidade e a sensação de não pertencimento são fatores cruciais que afetam a saúde mental e a motivação, muitas vezes levando à evasão. A pouca difusão sobre a existência de cotas, bolsas específicas e os processos para comprovar a identidade quilombola (como a certificação pela Fundação Palmares) criam barreiras intransponíveis para aqueles que já estão em situação de desvantagem histórica.

Em síntese, a permanência do estudante quilombola não depende apenas do seu esforço individual, mas da efetivação de políticas públicas que ataquem as raízes do racismo e da desigualdade, transformando a universidade em um espaço verdadeiramente democrático, que dialogue com os saberes ancestrais e garanta as condições materiais e subjetivas para que esses estudantes possam, de fato, concluir seus cursos e retribuir à suas comunidades.

Chegar até aqui não foi fácil. Ao longo deste trabalho, fui enfrentando vários desafios, unindo o que a teoria diz com o que eu vivi na pele. Não dá pra separar uma coisa da outra. Cada capítulo escrito foi também um pedaço da minha história sendo contado. E o que percebi, no final das contas, é que esse TCC vai muito além de um simples trabalho para pegar o diploma. Ele é um registro de muita luta, de resistência. Mostra que as leis existem e são essenciais nas reparações, a Lei de Cotas, a Bolsa Permanência, mas que ainda tem muito chão pela frente até a universidade ser de verdade um lugar para todo mundo. É fato que avançamos muito, mas os obstáculos continuam e a luta não pode parar.

Espero que essa pesquisa contribua para que mais estudantes como eu, homem preto, quilombola, de família humilde, tenha um trabalho em mãos que possa facilitar de alguma forma os caminhos futuros a serem percorridos. Esse trabalho é, acima de tudo, uma forma de agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que pudesse conquistar o tão sonhado diploma de graduação em um curso superior.

Contar a minha história, desde as dificuldades lá, em Conceição do Mato Dentro, até chegar aqui, na UFOP, é uma maneira de dizer para os jovens quilombolas: "olha, dá sim". Não é fácil, a gente sabe, mas é possível! As cotas não são esmolas, elas são frutos de muita luta, de reivindicações de um povo tão sofrido que de enfrenta barreiras racistas dia a dia, como o preconceito, a discriminação, a invisibilidade, mas que segue lutando por reparação contra a maior covardia que possa ter acontecido na humanidade contra pessoas pretas e indígenas em todo mundo, a escravidão.

A gente lutou, conquistou nosso espaço, e não vamos parar por aqui. Espero que esse trabalho de conclusão de curso sirva para fortalecer a identidade de quem está começando agora, para mostrar que os obstáculos são múltiplos, mas que vale muito a pena seguir sonhando e quebrando paradigmas. Quero que as lideranças quilombolas possam usar esse material como mais um argumento na hora de cobrar políticas públicas mais justas e menos burocráticas.

Para o Serviço Social, esse trabalho também é um presente para minha profissão. Ele mostra, na prática, como o racismo e a desigualdade social batem na porta dos estudantes quilombolas dentro da universidade. Muitas vezes, a gente fala de "questão social" de um jeito muito genérico, esquecendo que por trás dela têm pessoas com histórias específicas, atingidas pela "questão racial". Essa pesquisa é um convite para os meus colegas assistentes

sociais olharem com mais atenção para a realidade de quem está chegando na universidade vindo de territórios tradicionais. A *autoetnografia*, que é contar a minha própria história como método de pesquisa, mostra que a gente pode usar nossa vivência como ferramenta de trabalho. E, mais que isso, é um chamado para que a gente se comprometa de verdade com a luta antirracista, defendendo a PNAES, a Bolsa Permanência e uma universidade que não só receba, mas que aprenda com a cultura quilombola.

Para a UFOP, quero muito que os setores da universidade leiam esse trabalho como um espelho. Não um espelho que mostra uma imagem bonita, mas um que revela as falhas, porque gente bonita vai além de formas e cor. Espero que esse trabalho mostre a diferença entre o que a UFOP fala e o que a gente vive no dia a dia: os auxílios que não dão para o mês inteiro, o isolamento nas salas de aula, a dificuldade de se sentir parte daquele lugar. Essa pesquisa é uma chance para a UFOP repensar suas políticas, para entender que precisa de mais professores negros e quilombolas, de currículos que incluam nossos saberes e de projetos como o "Capoeira pra Todos" que não sejam só iniciativas isoladas, mas sim políticas permanentes. A criação da Coordenadoria de Moradias é um avanço, mas ainda falta muito.

Esse trabalho não termina aqui. Ele abre portas para muitas outras investigações. Algumas ideias que já me vieram à cabeça: estudar melhor a Bolsa Permanência e como os R\$ 1.400,00 impactam a vida do estudante quilombola; mapear os estudantes quilombolas da UFOP para entender de onde vêm, como estão nos cursos, se todos acessam a Bolsa Permanência e se a evasão é maior; olhar para projetos como "Capoeira para Todos" e "Forró de Ouro" para ver se ajudam a reduzir o isolamento; acompanhar a primeira turma que entrou pela Nova Lei de Cotas (2023); ligar a educação básica com o ensino superior, já que muitas escolas quilombolas estão fechando em todo o Brasil; e pensar na pós-graduação, com a nova lei que garante vagas em concursos federais, para formar professores e pesquisadores quilombolas.

Para finalizar, acredito que seguir esses caminhos é uma forma de continuar alimentando a luta que me trouxe até aqui. Como diz a música da Bia Ferreira, "cota não é esmola". A educação salva vidas, abre portas e oportunidades para pensarmos em um mundo melhor e mais justo para todos. Essa pesquisa é a prova viva de que o que nos falta são oportunidades, acolhimento e respeito, e que quando as oportunidades aparecem, a gente vai lá e conquista. A transformação acontece e ela não é só individual, é coletiva. Terminar a graduação não é um ponto final. Minha história continua, e a história de todos estudantes que

vieram das mesmas condições impostas a mim e que, assim como eu, insistem em ocupar a universidade pública também continua. E a gente vai seguir, junto, firme na caminhada. Tudo é possível: eu cheguei, e muitos também vão chegar!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Lei amplia a 30% as vagas para negros, indígenas e quilombolas em concursos. Agência Senado, Brasília, DF, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/06/lei-amplia-a-30-as-vagas-para-negros-indigenas-e-quilombolas-em-concursos>. Acesso em: 27 abr.2026.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/ALMEIDA-2019.-O-QUE-%C3%89-RACISMO-ESTRUTURAL.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ANGATU, Casé (Carlos José F. dos Santos). Já somos outros mundos possíveis. In: TETTAMANZY, A. L. L.; SANTOS, C. M.; MEDEIROS, V. L. C. (Org.). *Letras e vozes de lugares*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BISPO, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2025).

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Portaria MEC n. 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/faq>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Decreto n. 11.785, de 20 de novembro de 2023. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11785.htm. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Portaria MEC n. 1.999, de 10 de novembro de 2023. Altera a Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, e o Anexo I, que cria o Programa de Bolsa Permanência. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.999-de-10-de-novembro-de-2023-522856652>.

Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Resolução CD/FNDE n. 3, de 29 de março de 2023. Altera a Resolução CD/FNDE nº 13, de 9 de maio de 2013. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-3-de-29-de-marco-de-2023-474134149>.

Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 27

abr. 2026.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia e Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social: Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012. 163 p. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Fechamento de escolas quilombolas é tema de audiência no Conselho Nacional de Educação. CONAQ, [Brasília, DF], 12 jun. 2025. Disponível em: <https://conaq.org.br/fechamento-de-escolas-quilombolas-e-tema-de-audiencia-no-conselho-nacional-de-educacao/>. Acesso em: 27 abr.2026.

DIAS, Sheila. Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil. 2023. 234 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/940016.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2026.

DUBET, François. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 74, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/cr4ZVVQDwgYGpPXbgYCpWDC/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 dez. 2025.

GONÇALVES, Scheilla Nunes. *Mulheres dos escombros*: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: analfabetismo entre quilombolas é quase três vezes maior do que na população total do país. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40703-censo-2022-analfabetismo-entre-quilombolas-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-na-populacao-total-do-pais>. Acesso em: 25 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: alfabetização sobe entre indígenas, mas segue menor que a média nacional. Agência de

Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 4 out. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41481-censo-2022-alfabetizacao-sobe-entre-indigenas-mas-segue-menor-que-a-media-nacional>. Acesso em: 27 abr.2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: população quilombola do Brasil é de 1,32 milhão de pessoas. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 24 out. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso em: 27 abr.2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). O Brasil Quilombola. Rio de Janeiro: IBGE, [2024?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>. Acesso em: 27 abr.2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108 p. (Coleção Temas Sociais).

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, n. 3, 2001. Disponível em: abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf

SANTOS, Adilson Pereira dos. Os reflexos de Durban em Ouro Preto e sua repercussão na UFOP. In: LÁZARO, André (Org.). Coleção Estudos Afirmativos, v. 5. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2015. p. 7-120. Disponível em: <https://flacso.org.br/wp-content/blogs.dir/2184/files/2015/10/Estudos-Afirmativos-Vol-5.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. *O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios*. *Plural*, USP, São Paulo, v.24.1, 2017. Disponível em: https://revistas.usp.br/plural/pt_BR/article/view/113972. Acesso em: 27 abr. 2026.

SANTANA, Midiã Noelle. 10 anos da Lei de Cotas: o acesso à universidade pública que mudou vidas. *BAOBÁ - Fundo para a equidade racial*, 02 set. 2022. Disponível em: <https://baoba.org.br/10-anos-de-lei-de-cotas-o-acesso-a-universidade-publica-que-mudou-vida-s/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Ouro Preto, 2026. Disponível em: <https://prace.ufop.br/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

UFOP. Política de assistência estudantil é debatida em fórum. 2019. Disponível em: <https://www.ufop.br/noticias/assistencia-estudantil/politica-de-assistencia-estudantil-e-debatida-em-forum>. Acesso em: 1 jul. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. UFOP fortalece política de permanência com criação da Coordenadoria de Moradias Estudantis. Ouro Preto, 28 maio 2026. Disponível em:

<https://ufop.br/noticias/assistencia-estudantil/ufop-fortalece-politica-de-permanencia-com-criacao-da-coordenadoria>. Acesso em: 1 jul. 2026.